



APNOR

Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Mestrado em Contabilidade e Finanças

**O Relato Não Financeiro Na Indústria Do Papel E A Sua Relação
Com Os Objetivos De Desenvolvimento Sustentável (ODS)**

Ana Rute Pinto da Silva

Dissertação apresentada à Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo para obtenção do Grau de Mestre em Contabilidade e Finanças

Orientada por: Prof^a. Doutora Marta Guerreiro

Viana do Castelo, abril de 2022



APNOR

Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Mestrado em Contabilidade e Finanças

**O Relato Não Financeiro Na Indústria Do Papel E A Sua Relação
Com Os Objetivos De Desenvolvimento Sustentável (ODS)**

Ana Rute Pinto da Silva

Dissertação apresentada à Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Viana do Castelo para obtenção do Grau de Mestre em Contabilidade e Finanças

Orientada por: Prof^ª. Doutora Marta Guerreiro

Viana do Castelo, abril de 2022

Resumo

A crescente necessidade de informação divulgada pelas empresas deve-se à globalização da economia. Esta informação abrange a vertente financeira e não financeira. Além do desempenho económico, as empresas enfrentam um crescente escrutínio sobre o seu desempenho social e ambiental por parte dos vários *stakeholders*. Incluída nessa informação, está o cumprimento e a forma como as empresas contribuem para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), com metas a atingir até 2030.

A presente dissertação tem como objetivo analisar como as empresas portuguesas cotadas do setor do papel estão a cumprir o Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, identificar e analisar os indicadores ambientais divulgados nos relatórios das empresas, entre 2017 e 2019, e analisar a sua contribuição para a implementação dos ODS. Para atingir o objetivo proposto nesta dissertação, foi efetuada uma análise de conteúdo aos relatórios de sustentabilidade das empresas Altri, Inapa e The Navigator Company.

Os resultados do estudo realizado demonstram que existe, entre 2017 e 2019, uma evolução na divulgação da informação não financeira por parte das empresas em estudo, o que evidencia o seu empenho em divulgar informações que vão ao encontro das necessidades dos seus *stakeholders*. Constatam-se também a divulgação acentuada de informação ambiental o que pode estar associado ao levado escrutínio social que as empresas deste setor têm nestas matérias. Concluímos, ainda, que existe uma forte ligação com os indicadores divulgados em termos de relato da sustentabilidade e os ODS com que as empresas se comprometem. Tal evidencia que é possível conciliar o relato da sustentabilidade e, eventualmente, o relato integrado, com novas exigências de informação em termos ambientais e sociais como a contribuição para o alcance dos ODS.

Palavras-Chave: Indicadores Ambientais, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Responsabilidade Empresarial, Divulgação, Informação não Financeira.

Abstrat

The growing need for information disclosed by companies is due to the globalization of the economy. This information covers the financial and non-financial aspects. In addition to economic performance, companies face increasing scrutiny of their social and environmental performance from various stakeholders. Included in this information is compliance contribute to achieving the Sustainable Development Goals (SDG), defined by the United Nations (UN), with goals to be achieved by 2030.

This dissertation aims to analyze how Portuguese companies in the paper sector complying with Decree-Law no. 89/2017, 28 July, identify and analyze the environmental indicators disclosed in company reports, between 2017 and 2019, and analyze their contribution to the implementation of the SDGs. To achieve the objective proposed in this dissertation, a content analysis was a carried out on the sustainability reports of the companies Altri, Inapa and The Navigator Company.

The study results showed that, between 2017 and 2019, there was an evolution in the disclosure of non-financial information by the companies, which shows the effort in spreading relevant information for *stakeholders* based on their needs. It's also verified a sharp disclosure of environmental information, which may be associated with the strong social scrutiny that companies in this sector have in these matters. We also concluded that there is a strong connection with the indicators disclosed in terms of sustainability reporting and the SDGs to which companies are committed. This shows that it is possible to reconcile sustainability reporting and, eventually, integrated reporting, with new information requirements in environmental and social terms as a contribution to achieving the SDGs.

Keywords: Environmental Indicators, Sustainable Development Goals, Corporate Responsibility, Disclosures, Non-financial information

Agradecimentos

A apresentação desta dissertação é mais uma etapa da minha vida académica a concluir. Esta etapa foi percorrida por momentos altos e baixos, com muito trabalho e esforço.

Conciliar estes dois anos de mestrado com a minha vida profissional, num momento de pandemia, foi difícil. Por isso, gostaria de agradecer às pessoas que estiveram ao meu lado neste percurso académico.

Gostaria de agradecer à Professora Doutora Marta Guerreiro por aceitar em ser minha orientadora, pela disponibilidade, pelos ensinamentos e orientações que foram importantes nesta dissertação.

Aos meus pais, que são o motor da minha vida, pelo apoio incondicional, dedicação e por acreditarem sempre em mim. Aos meus irmãos que estão sempre comigo.

À restante família que me apoia em todos os momentos.

Às minhas amigas, agradecer-lhes pela nossa amizade e por estarem sempre comigo.

A todos os professores e colegas do Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Em especial aos meus colegas e amigos Marco Cerqueira, Cátia Martins e Torgana Ferreira. Obrigada pela ajuda e apoio.

Às minhas colegas da Amoralme, em especial à Dra. Manuela Amorim, por todos os ensinamentos e orientações, que me ajudaram imenso neste percurso académico, pela compreensão e apoio nestes dois anos difíceis para nós devido ao imenso trabalho relacionado com os apoios às empresas clientes.

Ao casal Narciso e Mardilene Braga, que me apoiam desde o primeiro dia que nos conhecemos. Agradeço por todas as orientações que me dão, seja na vida pessoal, espiritual e profissional.

A todos vós, do fundo do meu coração... Muito Obrigada!

Lista de Abreviaturas e siglas:

A4S - *Accounting for Sustainability*

APA - Agência Portuguesa do Ambiente

CE - Comissão Europeia

CEE - Comunidade Económica Europeia

CELPA - Associação da Indústria Papeleira

CERES - *Coalition for Environmentally Responsible Economies*

CNADS - Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

COP - *Communication on Progress*

ENDS - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

EIP - Entidades de Interesse Público

FASB - *Financial Accounting Standards Board*

GRI - *Global Reporting Initiative*

IASB - *International Accounting Standards Board*

IIRC - *International Integrated Reporting Council*

NCRF – Norma Contabilística e de Relato Financeiro

OCEE - Organização para a Cooperação Económica Europeia

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

RSE - Responsabilidade Social e Empresarial

SNC – Sistema de Normalização Contabilística

UE - União Europeia

Índice

Resumo	i
Abstrat	iii
Agradecimentos.....	v
Lista de Abreviaturas e siglas:	vii
Introdução.....	1
Capítulo I – Enquadramento Teórico	5
1.1. A Responsabilidade Social Empresarial	7
1.2 A Informação Não Financeira E O Comportamento Organizacional	9
1.2.1 A Teoria Da Legitimidade.....	10
1.2.2 A Teoria Dos <i>Stakeholders</i>	11
1.3 Evolução Da Divulgação De Informação Social e Ambiental	11
1.4 Orientações E Regulamentação Supranacional E Nacional.....	13
1.4.1 A Organização Para A Cooperação E Desenvolvimento Económico.....	13
1.4.2 A Organização Das Nações Unidas.....	14
1.4.3 A União Europeia	16
1.4.4 Portugal	19
1.5 Estudos Sobre A Divulgação Da Responsabilidade Social E Ambiental E Os Objetivos Desenvolvimento Sustentável.....	21
1.5.1 Estudos Internacionais.....	21
1.5.2 Estudos Nacionais.....	24
Capítulo II – Estudo Empírico Sobre Relato Não Financeiro Na Indústria do Papel.....	27
2.1 Questões De Investigação E Objetivos Do Estudo.....	29
2.2 Método De Recolha De Dados.....	30
2.3 Desenvolvimento Das Ferramentas De Análise	30
2.3 Análise E Discussão Dos Resultados	35
2.3.1 Apresentação Dos Resultados Obtidos No Índice De Divulgação da Informação Não Financeira.....	35
2.3.1.1 Altri.....	35
2.3.1.2 Inapa.....	37
2.3.1.3 The Navigator	38
2.3.1.4 Comparação Dos Relatórios Das Três Empresas Em Estudo.....	40

2.3.2 Análise dos Indicadores Ambientais	41
2.3.3 O Relato Dos Objetivos De Desenvolvimento Sustentável	43
2.3.3.1 Altri.....	44
2.3.3.2 Inapa.....	46
2.3.3.3 The Navigator Company.....	47
2.3.4 Discussão Dos Resultados	50
Conclusão.....	53
Referências Bibliográfica.....	57
Bibliografia.....	59
Legislação	61
Sites.....	61
Apêndices.....	65

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Directrizes Guidelines For Multinational Enterprises	13
Tabela 2 - Comunicações Da Comissão Europeia	17
Tabela 3 - Descrição Do Relato Não Financeiro.....	31
Tabela 4 - Índice Para Analisar A Divulgação Da Informação Não Financeira	32
Tabela 5 - Pontuação Máxima Para Cada Categoria Do Índice	35
Tabela 6 - Classificação Resumida Da Altri	36
Tabela 7 - Classificação Resumida Da Inapa	37
Tabela 8 - Classificação Resumida Da The Navigator Company	39
Tabela 9 - Indicadores Ambientais Da Amostra.....	42
Tabela 10- Metas E Ações Dos ODS Da Altri.....	44
Tabela 11 - Indicadores da Altri Relacionados Com Os ODS	45
Tabela 12- Metas E Ações Dos ODS Da Inapa	46
Tabela 13 - Indicadores da Inapa Relacionados Com Os ODS	47
Tabela 14- Metas E Ações Dos ODS Da The Navigator Company.....	48
Tabela 15 -Indicadores Da The Navigator Relacionados Com Os ODS	49

Índice de Figuras

Figura 1 - Pirâmide Da Responsabilidade Social Empresarial	7
Figura 2 - Círculo De Intersecção De Responsabilidade Social Empresarial.....	8
Figura 3 - Círculo De Concêntrico De Responsabilidade Social Empresarial	8
Figura 4 - Objetivos Desenvolvimento Sustentável	15

Índice de Apêndices

Apêndice I - Classificação Completa Da Altri.....	66
Apêndice II - Classificação Completa Da Inapa.....	69
Apêndice III - Classificação Completa Da The Navigator Company.....	72

Introdução

Introdução

Nas últimas décadas, os problemas ambientais tornaram-se numa preocupação a nível mundial. Estas preocupações levaram as organizações a estarem mais atentas ao meio ambiente. Assim, são cada vez mais utilizadas as palavras “sustentabilidade”, “responsabilidade social” ou “desenvolvimento sustentável” no mundo empresarial.

A crescente consciência ambiental da sociedade reflete-se na procura de informações económicas, sociais e ambientais que sejam relevantes por parte dos diversos *stakeholders* das organizações. Em 1997, nasce a *Global Reporting Initiative* (GRI) que cria a primeira diretriz em 2000 (GRI, 2020) com o objetivo de orientar as empresas na divulgação de informação sobre o desempenho económico, social e ambiental nos seus relatórios de sustentabilidade (Moneva *et al.*, 2006).

Mais tarde, o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), o *International Accounting Standards Board* (IASB) e a ONU, convocados pela *Accounting for Sustainability* (A4S) e a GRI, reuniram-se para criarem um modelo internacional que englobasse as vertentes financeiras e não financeiras. Neste âmbito, surgiu o Relato Integrado (IIRC, 2014), o qual se tem vindo a afirmar como modelo de relato empresarial (Rossi, 2017).

Em 2014, a União Europeia (UE) elaborou a Diretiva 2014/95/EU, de 22 de outubro, que altera a Diretiva 2013/34/EU, no que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos.

Em 2015, a ONU aprovou um conjunto de ODS que representa um marco histórico para o desenvolvimento sustentável (Monteiro *et al.*, 2020) porque tem como objetivo melhorar as condições de vida do nosso planeta (Unric, 2015).

A partir da Diretiva 2014/95/EU, em Portugal, elaborou-se o Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho. Este decreto tem o objetivo de que as empresas divulguem a sua informação não financeira de acordo com as regras comunitárias, a partir do dia 1 de janeiro de 2017. Esta evolução da regulamentação da divulgação da informação empresarial implicou alterações nos modelos de relatórios divulgados pelas empresas. O estudo empírico da presente dissertação pretende analisar o cumprimento do Decreto-lei nº 89/2017, de 28 de julho, e das orientações não vinculativas da COM 2017/C 215/1, publicada em julho de 2017, pela Comissão Europeia (CE, 2017), por parte das empresas portuguesas do setor do papel, assim como a sua contribuição para a implementação dos ODS.

As questões de investigação definidas são:

- Quais os indicadores divulgados pelas empresas e a sua evolução desde a publicação do Decreto-lei nº 89/2017?
- Quais são as informações divulgadas em termos de ODS?
- Em que medida as empresas portuguesas do setor do papel estão a contribuir para a implementação dos ODS?

Esta investigação terá uma abordagem qualitativa, sendo a recolha de dados efetuada através da análise de conteúdo aos relatórios de sustentabilidade divulgados pelas empresas portuguesas cotadas do setor de papel, entre 2017 e 2019.

A presente dissertação inicia-se com a apresentação da revisão da literatura que contribuirá para a elaboração do enquadramento da divulgação da informação não financeira sobre

sustentabilidade e responsabilidade empresarial. Nesta revisão será feita a análise dos estudos empíricos sobre a evolução da divulgação de informação não financeira.

O capítulo seguinte é dedicado ao estudo empírico, em que será apresentada a metodologia utilizada, a análise dos dados recolhidos nos relatórios das empresas e as respetivas conclusões do estudo.

Por último, serão apresentadas as conclusões da dissertação, as suas limitações e sugestões para futuras investigações.

Capítulo I – Enquadramento Teórico

Capítulo 1 - Enquadramento Teórico

Neste capítulo, será contextualizado o relato da informação não financeira nas empresas. Assim, abordar-se-á a evolução da sua regulamentação e da atuação de diversas instituições internacionais. Serão abordados os conceitos de responsabilidade social empresarial, a teoria da legitimidade, a teoria dos *stakeholders*, apresentando-se, de seguida, a criação dos ODS pela ONU. No final, serão mencionados alguns estudos nacionais e internacionais sobre o tema em estudo.

1.1. A Responsabilidade Social Empresarial

Em 1960, Keith Davis, sugeriu que as decisões e ações da responsabilidade social por parte das empresas terão de ser superiores aos interesses económicos. Em 1961, Eells e Walton, mencionaram que a responsabilidade social empresarial (RSE) se refere aos problemas que surgem na empresa quando fazem trabalho na área social. Contudo, a RSE será aceite por um empresário íntegro, cujo objetivo seja abranger as responsabilidades nas várias vertentes do negócio. Assim, criou-se um modelo, em forma de pirâmide, com quatro componentes da responsabilidade social: económica, legal, ética e filantrópica (Carrol, 1991).



Figura 1 - Pirâmide Da Responsabilidade Social Empresarial
Fonte: Carroll (1991)

A responsabilidade económica é a principal responsabilidade das empresas, por isso localiza-se na base da pirâmide. Para cumprir esta responsabilidade, as empresas precisam de produzir bens e serviços que os consumidores necessitem, manter uma forte posição competitiva em relação a outras empresas do mesmo setor, manter um alto nível de eficiência operacional e ser constantemente lucrativa. Na responsabilidade legal as empresas têm de trabalhar segundo as leis, sejam nacionais e/ou internacionais, cumprir as leis dos municípios, assembleias e governo. É importante fornecer bens e serviços que atendam a requisitos mínimos legais. Para ser uma empresa bem-sucedida tem de cumprir as obrigações legais. Na componente da responsabilidade ética estão englobados todos os comportamentos e costumes da sociedade em que a empresa está inserida. Isto quer dizer, que a empresa tem de reconhecer e respeitar as normas morais e éticas da sociedade e evitar danos morais e éticos dentro da empresa. Para ser uma empresa reconhecida eticamente

tem de cumprir obrigações morais e éticas da sociedade. Por fim, a responsabilidade filantrópica está relacionada com a contribuição e relação social da empresa com a sociedade. É importante que todos os colaboradores da empresa, sejam gerentes ou funcionários, participem em atividades voluntárias e de caridade na comunidade em que a empresa se insere. O objetivo desta responsabilidade é as empresas ajudarem projetos que possam melhorar a qualidade de vida da comunidade (Carroll, 1991).

No entanto, com a crescente globalização, o conceito de responsabilidade social está em constante mudança. Mais recentemente, surgiram novas propostas de modelos de RSE.

O modelo de círculos de intersecção reconhece a possibilidade de inter-relações entre as componentes da responsabilidade social e rejeita a ordem hierárquica de importância. Neste modelo as componentes (económica, legal, ética e filantrópica) podem interagir umas com as outras e é responsabilidade da empresa prevenir conflitos entre elas a fim de promover harmonia. Nenhuma componente é mais importante do que a outra (Geva, 2008).

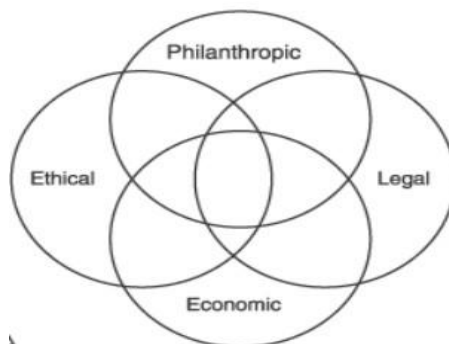


Figura 2 - Círculo De Intersecção De Responsabilidade Social Empresarial
Fonte: Geva (2008)

O modelo de círculo concêntrico é semelhante aos modelos mencionados anteriormente. Este modelo tem a componente económica como responsabilidade central e existe interação entre as componentes da responsabilidade social. O círculo interno inclui responsabilidades básicas para a execução da componente económica, por exemplo: produtos, empregos e crescimento económico. O círculo seguinte está relacionado com a componente legal que representa as responsabilidades legais entre o governo e as empresas. O círculo intermediário tem haver com a componente ética. Nesta componente as responsabilidades ajudam a exercer funções económicas interligadas com um conjunto de normas e valores éticos. O círculo externo, referente à componente filantrópica, inclui as responsabilidades sociais das empresas (Geva, 2008).



Figura 3 - Círculo De Concêntrico De Responsabilidade Social Empresarial
Fonte: Geva (2008)

A CE propõe uma definição que assenta do pressuposto de que “quando as empresas decidem, voluntariamente, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo” (CE, 2001, p. 4) estão a assumir práticas de responsabilidade social.

A CE publicou, em 2001, o Livro Verde: “Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas”. Os fatores que motivam a evolução para a responsabilidade social pelas organizações são os seguintes (CE, 2001, p. 4):

- ✓ “Novas preocupações e expectativas dos cidadãos, consumidores, autoridades públicas e investidores num contexto de globalização e de mutação industrial em larga escala;
- ✓ Critérios sociais que possuem uma influência crescente sobre as decisões individuais ou institucionais de investimento, tanto na qualidade de consumidores como de investidores;
- ✓ A preocupação crescente face aos danos provocados no meio ambiente pelas atividades económicas;
- ✓ A transparência gerada nas atividades empresariais pelos meios de comunicação social e pelas modernas tecnologias da informação e da comunicação.”

Neste documento foram definidas as seguintes responsabilidades: responsabilidade social corporativa, responsabilidade social empresarial e responsabilidade social ambiental. De forma mais pormenorizada, estas consistem em (Fundação Instituto de Administração, 2020):

- Responsabilidade social corporativa - conjunto de ações que beneficiam a sociedade e o meio envolvente em que a organização está inserida, considerando a economia, educação, meio ambiente, transporte, saúde, atividade locais e governo. As organizações criam programas sociais para os trabalhadores, familiares e para a própria população local com a intenção de melhorar a qualidade de vida dos mesmos.
- Responsabilidade social empresarial - esta responsabilidade está ligada à transparência e desempenho das organizações para minimizar os impactos negativos a nível ambiental e social.
- Responsabilidade social ambiental - está relacionada com as práticas de preservação do meio ambiente. As empresas têm como um dos seus principais objetivos a sustentabilidade ambiental.

A necessidade de relatar práticas de RSE surgiu como resposta a escândalos e crises financeiras, mudanças climáticas, preocupação com os direitos dos trabalhadores, segurança dos bens/serviços e a redução da pobreza. A maioria dos relatórios de RSE são de divulgação voluntária, mas existem países com regulamentos que tornam a informação obrigatória (Bonsón & Bednárová, 2015).

1.2 A Informação Não Financeira E O Comportamento Organizacional

O relatório financeiro é um dossier em que constam o relatório de gestão, as demonstrações financeiras e outros documentos de prestação de contas com o objetivo de divulgar informação útil e relevante aos utilizadores da informação financeira. É o formato preferido de divulgação dos órgãos sociais das organizações. Todavia, segundo Abeysekera (2013), o relato financeiro deixou de

ser o mais adequado para divulgar todas as informações que os *stakeholders* considerem relevantes para a tomada de decisão, pois o leque de informações necessárias para proceder a uma adequada avaliação do desempenho (passado, presente e futuro) das organizações é muito mais amplo. Gradualmente, ocorreu uma mudança no relatório tradicional para novas formas de relatórios em que constam informações das três áreas: financeira, ambiental e social (Bonsón & Bednárová, 2015).

Como será mencionado mais à frente, o desenvolvimento sustentável foi sendo gradualmente aceite pelas instituições mundiais com o objetivo primordial a considerar pelas diversas organizações públicas e privadas. Assim, houve uma necessidade crescente de criar relatórios que divulgassem a atuação das organizações que eram consistentes com o novo paradigma de desenvolvimento.

Esta necessidade pode ser analisada à luz das teorias organizacionais que vieram realçar a importância das empresas responderem aos interesses, não apenas dos seus acionistas, mas de outros atores com que se relaciona e da sociedade em geral. Estas teorias são exploradas no ponto seguinte.

1.2.1 A Teoria Da Legitimidade

Suchman (1995, p. 574) define a legitimidade como “uma percepção generalizada de que as ações de uma organização são desejáveis, adequadas ou apropriadas em algum sistema socialmente construído de normas, valores, crenças e definições” ou seja, a legitimidade depende da relação entre as organizações e a sociedade.

Na opinião de Deegan (2002), a teoria da legitimidade está interligada com a teoria da economia política, uma vez que a sociedade, a política e a economia são inseparáveis e que a atividade económica não pode ter ausência de considerações sobre o quadro político, social e institucional em que ela se insere. A teoria da legitimidade é baseada numa perspetiva de sistemas abertos, uma vez que considera que as entidades são influenciadas e influenciam a sociedade em que se encontram.

A teoria da legitimidade realça que as organizações devem considerar os interesses da sociedade em geral, e não só nos investidores. Por isso, as empresas dependem da interação com a comunidade em que estão inseridas porque as organizações com menor legitimidade podem ter dificuldades em aceder aos recursos necessários. Além da interação com a comunidade, as organizações têm que se adaptar e mudar os seus interesses conforme as necessidades da comunidade (Deegan & Unerman, 2006). Segundo Dowling e Pfeffer (1975), para isso acontecer, as organizações podem adaptar a sua produção, objetivos e métodos operativos para estar em conformidade com as expectativas da sociedade. A organização, pelo meio da comunicação, pode alterar a definição de legitimidade social de acordo com os seus valores, práticas e resultados e, por último, se identificar com valores ou instituições que possuem uma base forte de legitimidade.

Deegan (2002) e Gray (2002) defendem que a teoria da legitimidade se baseia num contrato social entre as organizações e a sociedade, uma vez que as organizações procuram agir dentro dos limites e normas das sociedades em que se localizam. Os autores referem que esta teoria é muito aplicada em estudos sobre RSE e divulgação voluntária de informação social e ambiental, uma vez

que estas práticas de divulgação são muitas vezes um instrumento de aumento da legitimidade das organizações junto da sociedade.

1.2.2 A Teoria Dos Stakeholders

A teoria dos *stakeholders* foi criada pelo filósofo Robert Freeman, em 1963, para romper com a noção clássica de que a forma de gerir uma empresa deveria ser focada nos *shareholders*, ou seja, nos proprietários e acionistas, e no objetivo da maximização do lucro (Project Builder, 2020).

Para Freeman, os vários *stakeholders* podem influenciar as decisões de uma organização. Por isso, esta teoria defende que uma organização deve saber quem são todos os agentes (*stakeholders*) que, direta e indiretamente, têm relações com ela. Nestes agentes, além dos proprietários e acionistas, estão englobados os gerentes, funcionários, clientes, fornecedores, comunicação social, comunidade local, concorrentes e várias instituições que tem relações profissionais com a empresa (Project Builder, 2020).

Esta teoria defende que o foco da empresa deve ser criar valor para um grupo de interessados, que não exclusivamente os indivíduos que participam no capital das empresas, o que é uma tarefa complexa devido à multiplicidade de interesses entre as partes envolvidas (Faria, 2017).

Na opinião de Philips (2004), citado por Faria (2017), o entendimento dessa teoria assenta no recebimento de benefícios para a empresa provenientes de seus *stakeholders*, de tal forma que esta se vê na obrigação de proporcionar um retorno, gratificando-os de algum modo. Segundo Logsdon e Yuthas (1997), o desempenho de uma organização é avaliado, em boa parte, pela forma como trata as questões e os relacionamentos com os seus *stakeholders*.

1.3 Evolução Da Divulgação De Informação Social e Ambiental

No século XX, as mudanças a nível tecnológico, social e político, permitiram que a qualidade de vida humana aumentasse significativamente com o consumo em massa dos mais diversos bens associados ao estilo de vida atual. Tal teve implicações muito negativas no meio ambiente.

Neste capítulo será abordada a evolução da divulgação da informação social e ambiental, que se iniciou em 1900, e que nas últimas décadas se acentuou com as organizações a divulgarem voluntariamente informações a nível ambiental e social.

Deegan (2002) afirma que os primeiros investigadores da pesquisa social e ambiental foram considerados radicais para aquela época. Segundo este, os investigadores que pesquisaram divulgações não tradicionais ou que escreveram a favor da divulgação social foram considerados radicais e críticos porque estavam a criticar a estrutura daquele tempo.

Entre a década 20 e 50, desapareceu por completo a pesquisa sobre a divulgação ambiental e social, voltando em força na década 60 com a contabilidade social (Deegan, 2002).

Para Gray (2002), a contabilidade social foi vista como uma atividade de interesse na década 60 devido ao crescimento da ética corporativa, poder corporativo, responsabilidade social e a degradação ecológica. E afirma que entraram, no mundo empresarial, novas palavras como auditoria social, desempenho social, divulgação social e responsabilidade.

Na década de 70, existiu um aumento de novas leis para a divulgação sobre as intenções e desempenho social, ambiental e dos trabalhadores das organizações (Gray, 2002).

Na década 80, a divulgação da informação social e ambiental era uma prática voluntária e havia ausência de regulamentação para a divulgação desta área. Deegan (2002) considerou que poderiam desaparecer novamente estudos dedicados a este tema, como aconteceu entre a década 20 e 50. Todavia, tal não aconteceu. Gray (2002) refere que a disciplina de contabilidade social atingiu a sua maturidade nessa década, e que na década 90 o tema “ambiente” tornou-se o “talismã do mundo”. Também é mencionado por Deegan (2002) que na década 90, o “meio ambiente” estava a tornar-se o principal foco dos investigadores, o que levou a que houvesse um aumento acentuado do número de alunos a efetuar estudos relacionados com a contabilidade social e ambiental e o aumento de participantes em colóquios de contabilidade social e ambiental. Nas universidades foram criadas disciplinas dedicadas à prática e pesquisa de contabilidade socioambiental.

A GRI fundada pelas organizações *Coalition for Environmentally Responsible Economie* (CERES) e Tellus Institute, nos Estados Unidos da América (EUA) em 1997 é uma organização internacional sem fins lucrativos que ajuda empresas e organizações a identificar, compreender e divulgar os seus impactos a nível de sustentabilidade com o fim de criarem um futuro sustentável (GRI, 2020). O relatório GRI foi concebido para ajudar as organizações na divulgação de informação sobre o desempenho económico, social e ambiental (Moneva *et al.*, 2006). Segundo Brown *et al.* (2009) as normas da GRI são as mais conhecidas e utilizadas para a elaboração de relatórios de sustentabilidade e também afirma que as Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para Empresas Multinacionais e *UN Global Compact* estão alinhadas com a GRI nos seus princípios. As diretrizes da GRI orientam as empresas na divulgação dos resultados positivos e negativos das suas políticas relacionadas com o desenvolvimento sustentável. A primeira Diretriz GRI (versão G1) foi criada em 2000 com o objetivo de fornecer uma estrutura confiável para relatórios de sustentabilidade. No entanto, em 2002 atualizaram pela primeira vez as diretrizes (versão G2) que seguiram novas atualizações em 2006 (versão G3) e 2013 (versão G4) (GRI, 2020). A última versão das diretrizes é a GRI Standards que entrou oficialmente em vigor em junho de 2018, contudo a sua adoção pôde ser utilizada antecipadamente. Esta versão tem como objetivo que os relatórios sejam mais claros e transparentes na informação, por isso esta versão ajuda as empresas a distinguir o que é requisito, recomendação e orientação (SGS, 2018).

O FASB, o IASB e a ONU convocados pela A4S e a GRI, reuniram-se com o objetivo de criarem um modelo internacional que englobasse as vertentes financeiras e não financeiras, designado como Relatório Integrado. Em 2010, nasceu a organização *International Integrated Reporting Council* (IIRC - Conselho Internacional para Relato Integrado). Esta organização tem como finalidade preparar as normas para a elaboração do Relatório Integrado (Owen, 2013). Segundo IIRC (2014), a organização é uma coligação global de reguladores, investidores, empresas, criadores de tendência, contabilistas e organizações não governamentais (ONG). A IIRC apresenta o Relatório Integrado como um documento conciso sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspetivas de uma organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor

em curto, médio e longo prazo. O principal objetivo é explicar aos *stakeholders* como uma organização gera valor ao longo do tempo.

Para a KPMG (2011), as Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade da GRI estão sendo adotadas como padrão de relato de sustentabilidade a nível mundial e mencionou que 80% das 250 maiores empresas do mundo (G250) e 69% das empresas N100 já adotam os padrões do relatório da GRI. Com a evolução da tecnologia, as empresas começaram a divulgar a informação sobre sustentabilidade através das suas páginas na internet (exemplo: Sonae, Jerónimo Martins, Altice). Segundo Sanz e Gonzalez (2010), muitas empresas colocaram informações sobre a sustentabilidade através da internet por iniciativa própria e perceberam a importância da sua divulgação através deste suporte digital.

1.4 Orientações E Regulamentação Supranacional E Nacional

1.4.1 A Organização Para A Cooperação E Desenvolvimento Económico

A OCDE foi fundada em 1960, na cidade de Paris, para suceder à Organização para a Cooperação Económica Europeia (OCEE) fundada em 1948. Portugal foi um dos vinte países fundadores da OCDE (OECD, 1960).

Em 1976, os países membros da OCDE adotaram pela primeira vez a Declaração da OCDE sobre Investimento Internacional e Empresas Multinacionais (*Guidelines for Multinational Enterprises*) em que constam diretrizes para orientar as empresas multinacionais. Segundo Duarte e Rodrigues (2011), o documento é constituído por um conjunto de princípios e normas, a serem voluntariamente seguidas pelas empresas multinacionais onde quer que operem, para uma conduta responsável e consistente do negócio. Estas orientações pretenderam criar uma harmonia com as políticas governamentais, de modo a fortalecer uma confiança mútua entre as empresas e a sociedade. A Declaração da OCDE foi sujeita, cinco vezes, a uma revisão, cuja última ocorreu em 2011 (OECD, 2011).

A Tabela 1 apresenta a descrição dessas diretrizes.

Tabela 1 - Directrizes *Guidelines For Multinational Enterprises*

Área	Descrição das Diretrizes
Conceitos e Princípios	As diretrizes são recomendações de princípios e normas de boas práticas dirigidas pelos governos às empresas multinacionais. As empresas devem obedecer à legislação nacional. O seu cumprimento tem carácter voluntário.
Políticas Gerais	As empresas devem contribuir para o desenvolvimento sustentável, respeitar os direitos humanos, criar oportunidade de emprego e contribuir para a formação dos seus trabalhadores. Devem realizar procedimentos de auditoria para evitar impactos adversos decorrentes das suas atividades.
Divulgação	As empresas devem divulgar informação sobre assuntos relevantes relacionados com as suas atividades, estrutura, situação financeiras, desempenho, administração e trabalhadores. É recomendado a divulgação de informação sobre as políticas ambientais, sociais e éticas.

Direitos Humanos	As empresas devem respeitar os direitos humanos, procurando evitar ou mitigar os impactos adversos que possam vir a estar envolvidos direta ou indiretamente. Caso aconteça, devem solucionar esses impactos e evitar que aconteça novamente no futuro.
Emprego e Relações Empresariais	As empresas devem respeitar os direitos dos trabalhadores, contribuindo para abolição do trabalho infantil e forçado como também a discriminação no trabalho. Devem adotar medidas relacionadas com a saúde e segurança no trabalho, dar formações aos trabalhadores para aumentarem o seu nível de qualificação e empregar pessoas que vivem na localidade em que a empresa está inserida.
Meio Ambiente	As empresas devem estabelecer e manter um sistema de gestão ambiental com o objetivo de recolher e avaliar a informação sobre os seus impactos no meio ambiente. Devem oferecer formações aos seus funcionários relacionados com questões ambientais, saúde, segurança do trabalho, manuseio de materiais perigosos e prevenção de acidentes ambientais.
Combate à Corrupção, à Solicitação de Suborno e à Extorsão	As empresas não devem, direta ou indiretamente, oferecer, prometer ou exigir pagamentos ilícitos ou outras formas de vantagens indevidas.
Interesses do Consumidor	As empresas devem cumprir as práticas comerciais e de marketing como também garantir a segurança e a qualidade do produto/serviço que proporcionam.
Ciência e Tecnologia	As empresas devem contribuir para o desenvolvimento da inovação a nível local e nacional. Quando for pertinente para os objetivos comerciais, devem desenvolver relações a nível local com universidades, instituições públicas e participar em projetos cooperativos.
Concorrência	As empresas devem realizar as suas atividades de uma forma consistente com as leis e regulamentações de concorrência em vigor.
Tributação	As empresas devem pagar os impostos conforme as leis do país em que está inserido a empresa.

Fonte: Elaboração própria baseada em *Guidelines for Multinational Enterprises*.

1.4.2 A Organização Das Nações Unidas

A ONU é uma organização internacional fundada em 1945 e a sua sede situa-se em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América. Atualmente, o secretário-geral é o português António Guterres (Unric, 2020a).

O secretário-geral da ONU de 2000, Kofi Annan, propôs a ideia de criar o Global Compact com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial a adotar políticas de sustentabilidade. Estas políticas baseiam-se em dez princípios fundamentais nas áreas dos direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental e anticorrupção (Global Compact, 2020).

A adesão ao *Global Compact* é de carácter voluntário e as empresas têm de publicar anualmente um relatório, designado por *Communication on Progress* (COP), onde divulgam as atividades em prol dos dez princípios (Global Compact, 2020).

No mesmo ano (2000), na Cimeira do Milénio, a ONU estabeleceu oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) para os anos 2000 a 2015 (Unric, 2020b).

Os oito ODM são (Unric, 2020b):

- 1) “Erradicar a pobreza extrema e a fome;
- 2) Alcançar o ensino primário universal;
- 3) Promover a igualdade de género e empoderar as mulheres;
- 4) Reduzir a mortalidade infantil;
- 5) Melhorar a saúde materna;

- 6) Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;
- 7) Garantir a sustentabilidade ambiental;
- 8) Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.”

Com base nos ODM para os anos 2000 a 2015, a ONU elaborou uma nova agenda de desenvolvimento sustentável em que constam os dezassete ODS a serem alcançados até 2030 (Unric, 2015). Segundo Fakuda-Parr (2016), os ODS diferem dos ODM no processo de elaboração, conceito e nas políticas. A autora menciona que os ODM foram úteis na comunicação de um propósito claro de ajuda para mobilizar o apoio ao público, enquanto os ODS são uma agenda global para o desenvolvimento sustentável. Os ODM são oito objetivos e vinte e um alvos focados na pobreza, enquanto os ODS são dezassete objetivos e cento e sessenta e nove metas relacionadas com o ambiente, a sociedade e a sustentabilidade económica. Os ODM concentram-se particularmente nos países em desenvolvimento, enquanto os ODS são direcionados a todos os países, incluindo os países industrializados (Hummel & Szekely, 2021).

Os ODS estão relacionados com a saúde, educação, fome, aquecimento global, igualdade do género, água, energia, saneamento, urbanização, meio ambiente e justiça social. A Agenda 2030 entrou em vigor a 1 de janeiro 2016 e tem como objetivo melhorar as condições de vida do nosso planeta (Unric, 2015).

Figura 4 - Objetivos Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Unric (2015)

A Figura 4 reúne os dezassete ODS estabelecidos na Agenda 2030 (Agenda 2030, 2020):

1. “Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4. Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas;
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;

8. Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
11. Tornar as cidades e as comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis;
12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação da terra e travar a perda de biodiversidade;
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.”

Fakuda-Parr (2016) destaca alguns objetivos dos ODS que não foram incluídos nos ODM e que são importantes, nomeadamente o avanço considerável relacionado com a vidas das mulheres (ODS 5), o crescimento económico (ODS 8), a redução da desigualdade (ODS 10) e a implementação a nível global do desenvolvimento sustentável (ODS 17).

Para incentivar as empresas aplicar os ODS e a divulgarem informações nos relatórios de sustentabilidade, a GRI desenvolveu três ferramentas de negócio. Essas ferramentas foram desenvolvidas em parceria com o Pacto Global da ONU e estão alinhadas com os Padrões GRI. A primeira ferramenta é sobre a análise dos objetivos e metas que ajudam as empresas a compreender como estão a implementar os ODS e as suas metas. Fornecem uma lista de indicadores para tornarem o relatório direto e simples de executar. A segunda ferramenta fornece uma lista de ações potenciais para cada meta dos ODS integrando-os em relatórios corporativos. A terceira, e última ferramenta, tem como objetivo a divulgação dos ODS conforme os padrões GRI (GRI, 2021).

1.4.3 A União Europeia

A UE foi criada após o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) com o objetivo de acabar com as guerras entre países vizinhos e uni-los económica e politicamente com vista a assegurar a paz no continente europeu. Assim, em 1957 foi assinado o Tratado de Roma que fundou a Comunidade Económica Europeia (CEE), atualmente denominada por UE. (UE, 2020).

Nos anos 70, o meio ambiente começou a ser uma preocupação para a UE, por isso foi adotada legislação para o proteger, sendo introduzido o conceito de “poluidor-pagador” (UE, 2020). Este conceito consiste em responsabilizar as empresas pelos danos ambientais causados e obriga-as a

colocar em prática medidas de prevenção ou reparação necessárias e a suportar os custos referentes aos danos.

Com a assinatura do Tratado Ato Único Europeu, em 1987, é acrescentado ao Tratado de Roma uma rubrica dedicada ao ambiente. A UE tem como objetivo preservar, proteger e melhorar a qualidade do ambiente; contribuir para a proteção da saúde das pessoas e assegurar uma utilização prudente e racional dos recursos naturais (CE, 1987).

Mais tarde, em 1991, com o Tratado da União Europeia ou Tratado de Maastricht, o principal objetivo passou a ter a seguinte redação: “Promover, em toda a Comunidade, o desenvolvimento harmonioso e equilibrado das atividades económicas, um crescimento sustentável e não inflacionista que respeite o ambiente, um alto grau de convergência dos comportamentos das economias, um elevado nível de emprego e de proteção social, o aumento do nível e da qualidade de vida, a coesão económica e social e a solidariedade entre os Estados-membros.” (CE, 1991, p. 5). Ou seja, a UE reconhece há já várias décadas a importância do desenvolvimento sustentável nas suas políticas.

No final de 1999, na reunião em Helsínquia, o Conselho Europeu convidou a CE a preparar uma proposta de estratégia a longo prazo que integrasse políticas de desenvolvimento sustentável a nível económico, social e ecológico, para apresentar ao Conselho Europeu de junho de 2001 (CE, 2001).

Em março de 2000, realizou-se em Portugal, uma Reunião Extraordinária do Conselho Europeu que definiu um objetivo estratégico para cumprir até 2010. A UE queria “tornar-se no espaço económico mais dinâmico e competitivo do mundo baseado no conhecimento e capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social” (CE, 2001, p. 2).

Em 2001, a CE apresentou a proposta que o Conselho Europeu propôs em dezembro de 1999. Esta proposta tem como título “Desenvolvimento Sustentável na Europa para um mundo melhor: Estratégia da União Europeia em favor do desenvolvimento sustentável” (CE, 2001). A UE convidava os Estados Membros a elaborarem planos para um crescimento económico que apoiasse o progresso social e respeitasse o ambiente, uma política social que favorecesse o desempenho económico, e uma política de ambiente que fosse economicamente eficiente (CE, 2001).

Nesse mesmo ano, foi publicado o Livro Verde: “Promover um quadro europeu para a Responsabilidade Social das Empresas” (CE, 2001)

De 2002 até aos dias de hoje, as Comunicações que a CE apresentou referente ao desenvolvimento sustentável foram numerosas. A sua síntese consta na Tabela 2 a seguir apresentada.

Tabela 2 - Comunicações Da Comissão Europeia

Ano	Título da Comunicação
Fevereiro 2002	Para uma parceria global no domínio do desenvolvimento sustentável.
Julho 2002	Responsabilidade Social das Empresas: Um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável.
Fevereiro 2004	Construindo o nosso futuro comum: Desafios políticos e meios orçamentais da União 2007-2013.

Maio 2004	A dimensão social da globalização – contributo das políticas da EU para tornar os benefícios extensíveis a todos.
Fevereiro 2005	Trabalhando juntos para o crescimento e o emprego – Um novo começo para a Estratégia de Lisboa.
Dezembro 2005	Reexame da Estratégia em favor do Desenvolvimento Sustentável - Uma plataforma de ação.
Março 2006	Implementação da Parceria para o Crescimento e o Emprego: Tornar a Europa um polo de excelência em termos de Responsabilidade Social das Empresas.
Novembro 2008	Programa legislativo e de trabalho da Comissão para 2009: Agir agora para uma Europa melhor.
Maio 2009	Contribuir para o desenvolvimento sustentável: o papel do comércio equitativo e dos programas não governamentais de garantia da sustentabilidade relacionados com o comércio.
Junho 2009	Análise da política de ambiente 2008.
Julho 2009	Reexame de 2009 da Estratégia da União Europeia em matéria de desenvolvimento sustentável.
Setembro 2009	Coerência das políticas numa perspetiva de desenvolvimento - Estabelecer o quadro de ação para uma abordagem de toda a União.
Março 2010	Política de coesão: Relatório estratégico de 2010 sobre a execução dos programas de 2007-2013.
Abril 2010	Um Plano de Ação da UE em doze pontos em apoio dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.
Novembro 2010	Comércio, crescimento e questões internacionais: A política comercial como um elemento central da estratégia da UE para 2020.
Outubro 2011	Responsabilidade social das empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014.
Outubro 2011	Aumentar o impacto da política de desenvolvimento da UE: uma Agenda para a Mudança.
Fevereiro 2013	Erradicar a pobreza e dar ao mundo um futuro sustentável.
Julho 2013	Para além de 2015: rumo a uma abordagem global e integrada do financiamento da erradicação da pobreza e de desenvolvimento sustentável.
Fevereiro 2015	Protocolo de Paris — Um roteiro para o combate às alterações climáticas ao nível mundial para além de 2020.
Novembro 2016	Próximas etapas para um futuro europeu sustentável.
Julho 2017	Orientações sobre a comunicação de informações não financeiras (metodologia a seguir para a comunicação de informações não financeiras).
Abril 2019	Reexame da aplicação da política ambiental 2019: Uma Europa que protege e melhora a qualidade de vida dos seus cidadãos.
Setembro 2020	Estratégia Anual para o Crescimento Sustentável 2021

Fonte: Elaboração própria baseado nas Comunicações da Comissão Europeia (CE, 2022)

Com a constante preocupação sobre o desenvolvimento sustentável, em outubro de 2014, a UE publicou a Diretiva 2014/95/EU (que altera Diretiva 2013/34/EU) intitulada “Divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos”.

Com esta diretiva, a UE pretendeu que as empresas, de todos os Estados Membros, divulgassem uma informação transparente sobre a sustentabilidade, nomeadamente dos fatores sociais e ambientais. Assim, o Parlamento Europeu solicitou que a Comissão elaborasse uma proposta legislativa sobre a divulgação de informações não financeiras pelas empresas (Diretiva 2014/95/EU).

As diretrizes propostas na Diretiva 2014/95/EU têm uma importante contribuição para os ODS porque a Agenda 2030 abrange todas as áreas e setores de qualquer país e requer dados comparáveis e confiáveis que retratam o desempenho das empresas em relação aos ODS acordados pelos Estados Membros da ONU (Monteiro *et al.*, 2020).

Em julho de 2017 foi publicada a COM 2017/C 215/01 com orientações não vinculativas intitulada 'Orientações sobre a comunicação de informações não financeiras (metodologia a seguir para a comunicação de informações não financeiras).' (CE, 2017). Este documento tem como objetivo ajudar as organizações na divulgação de informações não financeiras de elevada qualidade de forma pertinente, útil, coerente e transparente a fim de tornar as organizações mais resilientes e eficientes, que conduzirá a um crescimento e emprego mais sólidos e proporcionará transparência às partes interessadas. Este documento orienta as organizações, com mais de quinhentos funcionários, na divulgação de informações, sejam positivas e/ou negativas, relacionadas com questões ambientais, sociais, laborais e sobre o respeito dos direitos humanos, combate à corrupção e às tentativas de suborno. Podem divulgar o relatório no formato que considerem o mais adequado (Relatório Financeiro e Relatório Sustentabilidade ou Relatório Integrado), com uma linguagem simples e uma terminologia coerente. Devem divulgar informações sobre o seu modelo e estratégia empresarial como também os objetivos. Por último, podem divulgar informações relativas à forma como identificam, avaliam e gerem os riscos relacionados com as alterações climáticas como também sobre os indicadores e metas utilizados para avaliar e gerir questões relacionados com as mesmas (CE, 2017).

1.4.4 Portugal

Segundo Archer (2020), Portugal foi dos primeiros países do mundo a consagrar a existência de direitos e deveres na área do ambiente, na sua Lei Fundamental. Os artigos nº 9º e 66º da Constituição da República Portuguesa referem a proteção do ambiente numa dupla perspetiva: uma tarefa fundamental do Estado e de um direito fundamental dos cidadãos.

Em 1987, depois de Portugal entrar na UE, foi publicada a Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 11/87, de 07/04), que estabelece as bases da política de ambiente do Estado Português (Archer, 2020).

No ano 1992, foi adotada a Agenda 21 Local que tem como propósito uma parceria das autoridades e instituições locais para a elaboração de um plano de ação nas vertentes da proteção ambiental, desenvolvimento socioeconómico e coesão social (APA, 2020).

Em 1997, foi elaborada uma nova revisão à Lei da Constituição da República Portuguesa a fim de adaptar o texto constitucional aos princípios do Tratado de Maastricht (Parlamento Português, 2020). Com o Tratado de Maastricht (mencionado anteriormente no ponto 1.4.3), a UE aplica o conceito de desenvolvimento sustentável nas suas políticas. Com esta revisão, em 1997, Portugal apresentou o desenvolvimento sustentável como umas das prioridades do Estado, que deve "Promover o aumento do bem-estar social e económico e da qualidade de vida das pessoas, em especial das mais desfavorecidas, no quadro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável" (Lei Constitucional, 1997, p. 5165). No mesmo ano, foi criado o Conselho Nacional do Ambiente e do

Desenvolvimento Sustentável (CNADS), que viria, em 1998, a elaborar um Plano Nacional para o Desenvolvimento Económico e Social 2000-2006 (CNADS,2020). Este plano foi o primeiro a ser elaborado ao nível da sustentabilidade e define objetivos ambientais com o fim de serem alcançados no período 2000-2006.

Em setembro 2000, Portugal foi um dos países que assinou a Declaração do Milénio das Nações Unidas (Ministério Público Português, 2000). Nesta declaração foram definidos oito objetivos de desenvolvimento sustentável para os anos 2000-2015 (Unric, 2020b), em que Portugal comprometeu-se a concretizá-los (Ministério Público Português, 2000).

Em 2001, a UE adotou, no Conselho Europeu de Gotemburgo, uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável. No ano seguinte, Portugal começou a elaboração do processo da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), mas só em 2003 foi elaborado um Plano de Implementação da Estratégia Nacional Desenvolvimento Sustentável (ENDS, 2015). A ENDS foi elaborada de forma compatível com os princípios orientadores da estratégia da UE, para dar resposta aos objetivos-chave e desafios: alterações climáticas e energia limpa, transportes sustentáveis, consumo e produção sustentáveis, conservação e gestão dos recursos naturais, saúde pública, inclusão social, demografia e migração, pobreza global e desafios do desenvolvimento sustentável, sem esquecer políticas transversais como a educação e a formação ou a investigação e desenvolvimento, bem como os instrumentos económicos e de financiamento, que são também apontados na Estratégia Europeia (ENDS, 2015).

A ENDS tem como objetivos (ENDS, 2015, p. 25):

- 1) “Preparar Portugal para a sociedade do conhecimento;
- 2) Crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética;
- 3) Melhor ambiente e valorização do património natural;
- 4) Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social;
- 5) Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território;
- 6) Um papel ativo de Portugal na construção europeia e na cooperação internacional;
- 7) Uma administração pública mais eficiente e modernizada.”

Em 2002, foi aprovada pela Comissão de Normalização Contabilística a Diretriz Contabilística 29 – Matérias Ambientais, com finalidade de fornecer orientações específicas para o reconhecimento, mensuração e divulgação de questões ambientais. Esta diretriz esteve em vigor entre 2006 e 2009 (CNC, 2002).

Com a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em 2010, a Diretriz Contabilística 29 foi substituída pela Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 26 – Matérias Ambientais.

Com a publicação da Diretiva 2014/95/EU e das orientações não vinculativas na COM 2017/C215/1, Portugal elaborou o Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho. Este decreto estabelece que as Entidades de Interesse Público (EIP) divulguem a sua informação não financeira de acordo com as regras comunitárias, a partir do dia 1 de janeiro de 2017. Nesta demonstração não financeira, as empresas têm de incluir informações sobre as suas políticas, riscos, questões sociais e

ambientais, informações sobre os trabalhadores, direitos humanos, igualdade do gênero e o combate à corrupção (Decreto-Lei nº 89/2017).

1.5 Estudos Sobre A Divulgação Da Responsabilidade Social E Ambiental E Os Objetivos Desenvolvimento Sustentável

Ao longo dos anos, diversos autores estudaram a divulgação da informação da responsabilidade social e ambiental por parte das empresas. Esses estudos têm como base mostrar como, o quê, quando e quanto a informação sobre esta matéria é divulgada nos relatórios das empresas e também se a informação divulgada é de carácter obrigatório ou voluntário.

Neste subponto serão abordados alguns estudos nacionais e internacionais.

1.5.1 Estudos Internacionais

O estudo de Ike *et al.* (2019) incide sobre a identificação dos problemas relacionados com a sustentabilidade, por empresas japonesas, na expansão internacional das suas operações comerciais. Foram feitas entrevistas a cinquenta e oito pessoas de dezasseis empresas japonesas que operam nas Filipinas, Indonésia, Tailândia e Vietnã. Os autores notaram que as empresas japonesas priorizaram um conjunto de ODS para estabelecer ou expandir as suas operações comerciais nos países mencionados acima. Esses ODS são: ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico), ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestruturas), ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 14 (Proteger a Vida Marinha) e ODS 17 (Parcerias para a Implementação dos Objetivos). Segundo os entrevistados, as comunidades locais, regulamentos e autoridades reguladoras dos países escolhidos pelas empresas japonesas influenciaram na seleção dos ODS.

Rosati e Faria (2019) analisaram a integração dos ODS nos relatórios de sustentabilidade e a relação entre a divulgação dos ODS com os fatores institucionais. Os dados foram recolhidos de relatórios de 2016 que seguiram os padrões da GRI. Ao todo, estudaram relatórios de dois mil quatrocentos e treze organizações situadas em noventa países. Para o estudo foram identificados vinte e sete fatores institucionais relacionados com os ODS e testaram esses fatores empiricamente. Os resultados foram os seguintes: alguns dos fatores institucionais estudados estão relacionados com os ODS, as organizações que relatam os ODS nos seus relatórios têm tendência em estarem localizadas em países com vulnerabilidade às mudanças climáticas, como também em países em que a cultura é mais tolerante, individualista e que existem leis mais fracas relacionadas com a proteção de emprego e coordenação de mercado. Para os autores, o estudo pode ser útil para investidores, acionistas, gestores e outras partes interessadas em avaliar o nível de integração dos ODS de uma organização.

O estudo de Salvia *et al.* (2019) identifica os principais ODS abordados por especialistas de todo o mundo, de acordo com a sua experiência e área de pesquisa, analisar a relação entre os ODS e as principais questões e desafios locais, onde os especialistas estão inseridos. A amostra teve duzentos e sessenta e seis especialistas de todo o mundo, dos quais 80% estavam ligados a

universidades e a organismos de investigação. Os ODS foram abordados pelos especialistas conforme as necessidades que cada continente tem. Como é o caso da África que querem erradicar a fome e a pobreza, na América do Norte os ODS estão relacionados com a qualidade de vida nas cidades e na educação, na América Latina e na Oceânia foi escolhido o ODS 13 (Ação Climática). Na Europa, os ODS mais abordados foram ODS 4 (Educação de Qualidade, ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 12 (Produção e Consumo Sustentáveis) e o ODS 13 (Ação Climática). Os autores do estudo notaram que existem uma preocupação, a nível mundial, com o ODS 13 (Ação Climática) e concluem que existe uma relação entre os problemas/desafios locais e as principais áreas de interesses dos especialistas da amostra.

O estudo de Izzo *et al.* (2020) teve como objetivo analisar as práticas de divulgação, por parte de empresas europeias, sobre capitais de Relato Integrado e ODS. A amostra deste estudo é composta por cento e trinta e quatro organizações sediadas na Europa e que publicaram o relatório integrado em 2018. Os autores utilizaram a análise de conteúdo para verificarem se os diferentes capitais propostos pelo IIRC e sobre os ODS foram divulgados nos relatórios integrados. Em relação aos capitais de Relato Integrado, cento e vinte e nove organizações divulgaram pelo menos um dos seis capitais definidos pelo IIRC, enquanto todas as organizações divulgaram o capital financeiro. Vinte e quatro das organizações limitaram suas informações a apenas dois capitais, enquanto a maioria apresentou informações sobre vários capitais. Em relação sobre os ODS, só noventa e cinco organizações divulgaram informações nos RI. Os objetivos mais divulgados foram ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico), ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestruturas), ODS 12 (Produção e Consumo Sustentáveis) e o ODS 13 (Ação Climática) e os menos divulgados foram ODS 1 (Erradicar a Pobreza), ODS 2 (Erradicar a Fome) e a ODS 14 (Proteger a Vida Marinha).

O estudo de Erin e Bamigboye (2021) teve como objetivo avaliar e analisar a extensão dos ODS nos relatórios anuais divulgados por empresas africanas. A amostra foi de oitenta empresas localizadas em oito países africanos, entre 2016 e 2018. Para analisarem os relatórios das empresas foi utilizado o método de análise de conteúdo. Segundo os autores, vinte e nove das empresas mencionaram os ODS nos seus relatórios de sustentabilidade, 38% das empresas mencionaram os ODS prioritários e que 30% divulgaram as metas relacionadas com os ODS. As empresas divulgaram mais informações sobre os seguintes ODS: ODS 3 (Saúde de Qualidade), ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico), ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestruturas), ODS 10 (Reduzir as Desigualdades), ODS 13 (Ação Climática) e o ODS 15 (Proteger a Vida Terrestre). Para os autores, o estudo foi limitado pelo tamanho da amostra e que este estudo não considerou a abordagem de pesquisa qualitativa para determinar a extensão da divulgação dos ODS no continente africano.

Hummel e Szekely (2021) analisaram relatórios anuais de empresas que pertenceram ao índice STOXX Europe-600, entre 2015 e 2018. No início do estudo, os autores começaram a examinar os relatórios com o objetivo de verificarem se havia divulgação de informação sobre os ODS. Verificaram que dos mil setecentos e trinta e dois relatórios analisados seiscentos e cinquenta e dois divulgaram informações sobre os ODS. Utilizaram a análise de conteúdo para examinar a qualidade da divulgação dos ODS nas categorias estudadas. Os autores constataram que de 2015 (15%) para

2018 (58%) houve um aumento na divulgação de informação dos ODS nos relatórios e que a qualidade da divulgação da informação também aumentou. Os ODS mais divulgados neste estudo são ODS 3 (Saúde de Qualidade), ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico), ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestruturas), ODS 12 (Produção e Consumo Sustentáveis) e o ODS 13 (Ação Climática). Os autores concluem que com o envolvimento das empresas no desenvolvimento e implementação dos ODS levaram a que as empresas divulgassem informações sobre os ODS nos seus relatórios, no entanto para os autores ainda há espaço para melhorar os relatórios referente à informação dos ODS.

Wynn e Jones (2021) examinaram relatórios anuais e de sustentabilidade de várias empresas de oito setores industriais. Os ODS mais divulgados foram ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico), ODS 12 (Produção e Consumo Sustentáveis) e o ODS 13 (Ação Climática). Os ODS menos divulgados foram ODS 1 (Erradicar a Pobreza), ODS 2 (Erradicar a Fome), ODS 14 (Proteger a Vida Marinha) e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). Os autores citaram que o ODS 13 reflete a preocupação, a nível global, com o impacto das mudanças climáticas e que os ODS 8 e ODS 12 estão relacionados com as operações no setor privado. Houve empresas que não abordaram explicitamente os ODS nos seus relatórios, contudo divulgaram que integraram os ODS nos seus negócios ou estratégias de sustentabilidade. Os autores concluíram que se as empresas quiserem contribuir significativamente para os ODS irão enfrentar grandes desafios.

O estudo Bose e Khan (2022) teve como objetivo estudar a extensão do relato dos ODS por empresas de todo o mundo ao longo do tempo e explorar se os fatores institucionais de cada país influenciam a divulgação dos ODS. A amostra deste estudo teve seis mil novecentos e quarenta e um relatórios de trinta países entre 2016 e 2019 e o seu índice de estudo teve como base os 17 ODS da ONU. Este estudo refere que 8,4% divulgaram relatórios de ODS, enquanto 91,60% não divulgaram relatórios. O ano com mais divulgação de relatórios foi o de 2019. Os autores mencionaram que os objetivos mais divulgados foram ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico), ODS 5 (Igualdade de Género) e o ODS 3 (Saúde de Qualidade). No entanto, o ODS 2 (Erradicar a Fome) foi o ODS menos divulgado. Por último, os autores descobriram que as empresas de países em desenvolvimento divulgavam mais informações sobre os ODS do que as empresas de países desenvolvidos.

Hatayama (2022) efetuou um estudo sobre a relação entre a indústria metalúrgica e os ODS. O objetivo do estudo é conhecer os pontos fortes e fracos da indústria metalúrgica dentro da estrutura dos ODS. Os dados foram recolhidos dos relatórios de sessenta e uma empresas. O autor verificou que existe um interesse forte em relação ao ODS 15 (Proteger a Vida Terrestre) porque esta indústria está relacionada com metais, que são extraídos do subsolo. Os ODS mais divulgados nos relatórios são o ODS 3 (Saúde de Qualidade), ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico) e ODS 12 (Produção e Consumo Sustentáveis), enquanto os menos divulgados são ODS 1 (Erradicar a Pobreza), ODS 2 (Erradicar a Fome) e ODS 14 (Proteger a Vida Marinha). O autor conclui que na indústria metalúrgica a avaliação da contribuição para os ODS é um trabalho desafiante, contudo permite construir uma estrutura consolidada de desenvolvimento sustentável em que os ODS possam ser uma linguagem comum.

1.5.2 Estudos Nacionais

O estudo de Neves (2011) analisou a evolução da divulgação da informação nos relatórios de gestão de trinta empresas não financeiras portuguesas, entre 1973 e 2003. No período de trinta anos, a autora escolheu os anos 1973, 1988 e 2003 para a sua análise. Os índices de divulgação são o meio ambiente, a sustentabilidade e aspetos financeiros, enquanto os fatores são: dimensão, rentabilidade, idade, o setor, presença no setor regulado e o grau da divulgação de informação dos relatórios de gestão. Neste estudo, verifica-se que a divulgação do índice de sustentabilidade passou dos 11,67% em 1973 para os 34,55% em 2003, mas mesmo assim ainda existem empresas que não divulgam nenhuma informação sobre a sustentabilidade. Conclui que o Índice de Divulgação que apresenta maior percentagem é o Meio Envolvente/Meio Ambiente. Este estudo foi limitado pelo número da amostra (30 empresas) e a escolha de três anos (num período de 30 anos).

Lopes (2015) estudou a divulgação da informação voluntária por parte das empresas não financeiras que pertenceram ao PSI-20, entre os anos 2004 a 2013. Os dados foram recolhidos dos Relatórios e Contas Consolidadas das empresas e as categorias do estudo são sobre o ambiente, áreas de negócio, comunidade, empregados, previsões e riscos. Ao todo, foram vinte e sete empresas estudadas. Segundo o autor, as categorias que mais se evidenciaram durante os anos de estudo são do ambiente, da comunidade e de riscos. Também refere que a divulgação da informação, nos dez anos de estudo, melhorou o que levou a um aumento da qualidade e da transparência da informação.

Roma (2016) analisou os relatórios anuais e relatórios de sustentabilidade de quarenta e três empresas que pertenceram à Bolsa de Valores Portuguesa, *Euronext Lisbon*, entre 2008 e 2013. O objetivo deste estudo é conhecer a evolução e a divulgação dos aspetos de desempenho económico, ambiental e social de acordo com as diretrizes da GRI. A autora menciona que dezoito empresas têm ligação às diretrizes da GRI no que respeita à divulgação de indicadores económicos, sociais e ambientais. Contudo, oito não apresentam qualquer ligação à sustentabilidade ou à responsabilidade social e treze empresas apresentam uma breve indicação da sustentabilidade ou responsabilidade social nos relatórios e contas anuais. Este estudo mostra que o desempenho económico apresenta quatro indicadores, o desempenho ambiental apresenta dezanove indicadores (por exemplo: emissões e efluentes, energia, biodiversidade) e o desempenho social apresenta vinte e um indicadores (por exemplo: praticas laborais e trabalho condigno, direitos humanos e responsabilidade do produto). A autora refere que adoção da estrutura da GRI, por parte das empresas que pertencem ao PSI Geral, é reduzida porque são divulgados quarenta e seis dos noventa e um indicadores possíveis de divulgação. Para a autora, uma das limitações que teve foi emissão da nova versão das diretrizes da GRI (a versão G4) e explica que cada empresa pode optar pela versão que quer aplicar nos relatórios de sustentabilidade.

Alberto e Guerreiro (2018) efetuaram um estudo sobre a divulgação da informação não financeira das empresas cotadas do setor da industrial de papel, no ano de 2017. A indústria de papel foi escolhida para este estudo devido ao elevado impacto ambiental que existe neste setor. Os dados foram recolhidos nos relatório e contas das empresas Altri, Inapa e The Navigator Company. É referido que a Altri e a The Navigator utilizaram o Relatório de Sustentabilidade, mas a Inapa colocou

a informação não financeira no Relatório de Gestão. No relatório da Inapa, os autores tiveram dificuldade em identificar a informação não financeira. No ponto sobre a Sustentabilidade mencionaram o desempenho ambiental e a responsabilidade social, no de Recursos Humanos foram incluídos alguns indicadores sobre os funcionários da empresa, no ponto sobre a Ética referenciaram sobre as tentativas de suborno, os direitos humanos e ao combate à corrupção. É referenciado no estudo, que a empresa The Navigator apresenta o seu relatório de sustentabilidade baseado nas diretrizes da GRI e é organizado por três setores: Floresta e Indústria, Pessoas e Parcerias. No setor Floresta e Indústria encontraram indicadores sobre os aspetos ambientais e energéticos, no setor Pessoas contem informações relacionados com a gestão da saúde e segurança e o desenvolvimento de talentos e nas Parcerias as informações estão relacionadas com os fornecedores, clientes, projetos de apoio e envolvimento com a comunidade. Por fim, é mencionado que a empresa Altri apresenta um relatório baseado nos requisitos da Diretiva 2014/95/EU e o Decreto-Lei nº 89/2017. Na área da Sustentabilidade e responsabilidade empresarial são abordados tópicos do desempenho económico, responsabilidade ambiental e responsabilidade social. No relatório também são referenciados tópicos relacionados com questões sociais e trabalhadores, direitos humanos e combate à corrupção e suborno. Os autores do estudo constataram que nos relatórios analisados existe maior informação sobre as questões ambientais e sociais e existe menor informação sobre os direitos humanos e combate à corrupção e suborno.

Lopes e Eugénio (2018) estudaram as empresas europeias do setor das águas minerais naturais. Segundo as autoras, a escolha do setor deveu-se ao crescimento deste em Portugal e a nível mundial, e ser fundamental na qualidade de vida do ser humano. Os objetivos do estudo foram perceber de que forma as empresas do setor escolhido contribuem para o desenvolvimento e implementação dos ODS e identificar as métricas de informação não financeira divulgadas pelas empresas estudadas (Nestlé, Danone, Coca-Cola, Heineken, Delta Cafés, Central de Cervejas e Unicer). Das empresas estudadas, três apresentaram os relatórios integrados e duas os relatórios de sustentabilidade conforme as diretrizes GRI, enquanto duas empresas apresentaram outro tipo de relatório e não utilizaram as diretrizes GRI. Em relação aos ODS, a empresa Nestlé apresenta mais informação no seu relatório referente aos ODS. As autoras concluíram que o setor estudado tem uma forte ligação com a ODS 6 (Água Potável e Saneamento) porque todas as empresas comercializam pelo menos uma marca de água mineral. A ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) também está bastante presente neste estudo devido à melhoria dos relatórios e na transparência da informação. Em relação aos outros ODS são abordados pelas empresas nos seus relatórios, mas não referem de forma explícita.

Barbosa (2019) fez uma análise a trinta empresas cotadas na *Euronext Lisbon*. Os dados de estudo foram obtidos dos Relatórios e Contas e Relatórios de Sustentabilidade, nos anos de 2015 a 2017. Os indicadores de estudo estão relacionados com a divulgação da informação de Desempenho Ambiental nos Relatórios de Gestão e Anexo e nos Relatórios de Sustentabilidade. Este estudo refere que 76,7% das empresas divulga informação de carácter ambiental nos seus relatórios anuais, 83,3% das empresas seguem as orientações GRI, mas só 33,3% das empresas publica relatórios de sustentabilidade. Os indicadores mais divulgados no relatório de gestão são a política

ambiental e as medidas de proteção ambiental, porém no relatório de sustentabilidade são a energia, a água, as emissões e os efluentes e resíduos. O autor deste estudo conclui que existem empresas que não divulgam informação ambiental, o número de relatórios de sustentabilidade é reduzido e que vários indicadores analisados não apresentam qualquer menção nos relatórios publicados pelas empresas estudadas. As limitações deste estudo são o número de empresas da amostra ser reduzido (neste caso ser trinta empresas) e pertencerem à bolsa de valores *Euronext Lisbon* e a análise de estudo ser de três anos (2015 a 2017).

Monteiro *et al.* (2020) examinaram relatórios de sustentabilidade e demonstrações não financeiras de empresas portuguesas que pertenceram à bolsa de valores *Euronext Lisbon* em 2017. O estudo tem como objetivo analisar a contribuição para os ODS por partes das quarenta e sete empresas cotadas. Doze das quarenta e sete empresas publicaram relatórios de sustentabilidade ou demonstrações não financeiras, mas nove fizeram o alinhamento com os ODS. Segundo os autores, relatórios de sustentabilidade estão de acordo com as normas GRI. Em relação aos ODS, autores constataram que as empresas não estão no mesmo pé de igualdade em relação à sua informação. Os autores concluíram que as organizações terão grandes desafios nos próximos anos, para identificar os ODS prioritários para as suas atividades, incorporá-los nas suas estratégias, estabelecer metas e relatá-las.

Síntese Do Capítulo:

Nas últimas décadas, a preocupação com o meio ambiente cresceu, tendo-se afirmado um novo modelo de desenvolvimento assente no conceito de desenvolvimento sustentável. Sendo a contribuição das empresas fundamental para que este novo paradigma de desenvolvimento seja alcançável, o escrutínio da sua atuação por parte da sociedade em geral, e dos seus *stakeholders* em particular, acentuou-se. Assim, a divulgação de informação tem vindo a evoluir no sentido de dar resposta às necessidades de informação que permita avaliar o seu desempenho financeiro e não financeiro. O Relatório Integrado tem vindo a afirmar-se como o modelo de relato na medida em que, além da informação financeira, fornece informação ambiental, social e laboral de forma integrada nas várias dimensões de atuação das empresas.

Adicionalmente, a ONU estabeleceu dezassete ODS com o intuito de promover mudanças positivas para um futuro melhor do planeta. Estes objetivos incentivam as empresas a preservarem os recursos naturais, combater as alterações climáticas e adotar práticas de produção e consumo mais sustentáveis. Assim, as empresas podem divulgar no Relatório Integrado ou noutros modelos de relato informações sobre a implementação dos ODS, assim como as metas e ações que pretendem alcançar.

Capítulo II – Estudo Empírico Sobre Relato Não Financeiro Na Indústria do Papel

Capítulo II – Estudo Empírico Sobre Relato Não Financeiro Na Indústria do Papel

A presente investigação tem como objetivo analisar a divulgação da informação não financeira por parte das empresas portuguesas do setor de papel. Neste capítulo, serão apresentados as questões de investigação e os objetivos estudo, o universo e amostra, assim como o método que foi utilizado para a recolha de dados. De seguida, serão analisados e discutidos os resultados obtidos para se retirar as conclusões desta investigação.

2.1 Questões De Investigação E Objetivos Do Estudo

A indústria de pasta, papel e cartão é um setor ambientalmente sensível, quer pela exposição pública de desastres ambientais a que estão associados¹²³, quer pelo odor que a sua atividade implica e que se dissemina pela área envolvente. Tal resulta num elevado escrutínio por parte da sociedade, assumindo a informação não financeira especial relevância neste setor. Neste sentido, colocamos as seguintes questões de investigação:

- Quais os indicadores divulgados pelas empresas e a sua evolução desde a publicação do Decreto-lei nº 89/2017?
- Quais são as informações divulgadas em termos de ODS?
- Em que medida as empresas portuguesas do setor do papel estão a contribuir para a implementação dos ODS?

Face às questões de investigação apresentadas, foram definidos os seguintes objetivos para o estudo:

- Identificar os indicadores divulgados pelas empresas e analisar a sua evolução nos três anos seguintes à sua publicação;
- Identificar e analisar os subindicadores ambientais que as empresas divulgam no âmbito dos indicadores ambientais dada a importância da dimensão ambiental neste sector;
- Analisar a evolução divulgada sobre os ODS e a forma como as empresas portuguesas do setor do papel estão a contribuir para o desenvolvimento e implementação dos ODS.

Este estudo tem como objetivo analisar a divulgação da informação das empresas na indústria de papel. Conforme referido, o Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, obriga a divulgação de informação não financeira às EIP que à data de encerramento do seu balanço excedam um número médio de quinhentos trabalhadores durante o exercício anual. Tal resulta, à partida, num universo de quatro empresas: Altri, Inapa, Semapa e The Navigator Company. Todavia, com o objetivo de

¹ Notícia, de 31/01/2018, no site da Sapo, relativamente à confirmação, por parte da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), da poluição do Rio Tejo causado pela indústria de papel (<https://eco.sapo.pt/2018/01/31/apa-foram-as-industrias-do-papel-a-poluir-o-tejo/>)

² Notícia, de 3/5/2016, no jornal Público, referente ao incêndio em fábrica de papel de Vila Velha de Rodão (<https://www.publico.pt/2016/05/03/local/noticia/incendio-em-fabrica-de-papel-de-vila-velha-de-rodao-1730847>)

³ Notícia, de 9/6/2021, no Jornal de Negócios, referente à empresa Altri que evitou 174 mil toneladas de emissões de dióxido de carbono em 2020 (<https://www.jornaldenegocios.pt/sustentabilidade/detalhe/altri-evitou-174-mil-toneladas-de-emissoes-de-dioxido-de-carbono-em-2020>)

alargar o universo de análise, incluímos as empresas associadas da Associação da Indústria Papeleira (CELPA). Esta associação tem como associadas catorze empresas industriais e florestais que pertencem à Altri, DS Smith, Renova e The Navigator Company. No entanto, as empresas DS Smith Paper Viana, S.A e Renova – Fabrica de Papel do Almonda, S.A. não facultaram os seus relatórios de sustentabilidade. A Semapa – Sociedade de Investimentos e Gestão, SGPS, S.A. será excluída da amostra devido a sua atividade operacional ser de setores distintos, além que é a empresa-mãe da The Navigator Company S.A. Assim, a amostra é constituída por três empresas: Altri, SGPS, S.A., Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A e The Navigator Company, S.A.

O estudo abarca um período temporal de três anos, o que resulta em seis relatórios a analisar.

2.2 Método De Recolha De Dados

Como a presente investigação tem como objetivo analisar a divulgação da informação não financeira por parte das empresas Altri, Inapa e The Navigator, esta investigação terá uma abordagem qualitativa, sendo a recolha de dados efetuada através da análise de conteúdo aos relatórios integrados ou sustentabilidade divulgados pelas empresas, entre 2017 e 2019. Segundo Bardin (1979), a análise de conteúdo começou a desenvolver-se no princípio do século XX e consiste “num conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativo ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/receção destas mensagens” (Bardin, 1979, p. 42). O método mais utilizado na investigação qualitativa é a recolha de informação na análise de textos e documentos, por exemplo: edições do Diário da República, jornais, manuais e outras publicações, relatórios, etc. Ao se utilizar o método da informação documental, o investigador teve conhecimento da existência de documentos importantes e poderá aceder aos mesmos (Major & Vieira, 2008). Ou seja, a análise de conteúdo ajuda o investigador a obter informação de todo o tipo de documentos e textos, que posteriormente irá transformar em códigos conforme os objetivos da sua investigação. Por isso, nesta investigação será recolhida a informação nos Relatórios Integrados ou Relatórios de Sustentabilidade dos anos de 2017 a 2019 das empresas da amostra (mencionadas no ponto anterior). Os relatórios foram recolhidos através do site oficial de cada empresa.

2.3 Desenvolvimento Das Ferramentas De Análise

Em primeiro lugar, foi criada uma tabela para o relatório não financeiro com a finalidade de verificar, para cada ano de estudo, que tipo de relatório as empresas divulgavam, o número de páginas, qual diretriz que foi utilizada, se mencionam os ODS, a Diretiva 2014/95/EU, o Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, e qual é a empresa auditora.

Tabela 3 - Descrição Do Relato Não Financeiro

Relatório Não Financeiro	Empresas								
	Altri			Inapa			The Navigator Company		
Anos	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Tipo de Relatório	R. S. ⁴	R. S. ⁴	R. S. ⁴	R. S. ⁴	R. S. ⁴	R. S. ⁴	R. S. ⁴	R. S. ⁴	R. S. ⁴
Número de Páginas	57	43	160	68	43	82	130	134	74
Diretrizes do Relatório	GRI	GRI Standards	GRI Standards	GRI	GRI 4	GRI 4	GRI Standards	GRI Standards	GRI Standards
ODS	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Diretiva 2014/95/UE	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não
DL 89/2017, de 28 de julho	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Empresa Auditora	Ernst & Young	Ernst & Young	Ernest & Young	Deloitte	Deloitte	Deloitte	PWC	KPMG	KPMG

Fonte: Elaboração própria

Como se pode verificar na Tabela 3, nos anos em estudo, todas as empresas divulgaram o Relatório de Sustentabilidade elaborado de acordo com as Diretrizes da GRI. Em 2017, as empresas Altri e Inapa não divulgaram a versão que utilizaram. Em 2018 e 2019, a Inapa elaborou os relatórios de acordo com a versão GRI 4 (esteve em vigor de 2013 a 2017). Enquanto a Altri, em 2018 e 2019, e a The Navigator Company, entre 2017 e 2019, elaboraram os relatórios conforme a versão que está em vigor desde 2018, a versão GRI Standards (conforme mencionado no ponto 1.3).

Relativamente aos ODS, não são mencionados no relatório da Altri, em 2017, nem nos relatórios da Inapa, em 2017 e 2018. É de notar que no último ano em estudo, as três empresas fazem referência aos ODS, o que confirma o aumento da sua relevância nos últimos anos.

A Inapa é a única empresa que não menciona que os seus relatórios foram elaborados para responderem ao Decreto-Lei nº 89/2017, que transpõe a Diretiva 2014/95/EU, relativamente à divulgação de informação não financeira e de informações sobre a diversidade.

De 2017 a 2019, a empresa auditora da Altri foi a Ernst & Young, da empresa Inapa foi a Deloitte, enquanto a da The Navigator Company foi a PWC, em 2017, sendo substituída pela KPMG para os anos 2018 e 2019.

De seguida, desenvolveu-se um índice, no Excel, para analisar a divulgação da informação não financeira que foi preenchido conforme a análise de conteúdo dos Relatórios de Sustentabilidade das empresas. O índice construído tem cem itens, divididos por trinta indicadores de sete categorias: Organização, Indicadores Económicos, Indicadores Ambientais, Indicadores Laborais, Indicadores de Direitos Humanos, Indicadores Sociais, Indicadores de Responsabilidade de Produto. Estas categorias são as categorias da GRI que as empresas utilizam na elaboração dos seus relatórios de sustentabilidade. Conforme se verifica na Tabela 4, a categoria Organização fornece informações gerais da empresa, os Indicadores Económicos estão relacionados com os impactos

⁴ R.S. – Relatório de Sustentabilidade

da organização sobre as condições económicas da empresa, os Indicadores Ambientais abrange os impactos relacionados com a matéria-prima, energia, água, biodiversidade e emissões, efluentes e resíduos, os Indicadores Laborais fornece informações relacionadas com os funcionários da empresa, os Indicadores de Direitos Humanos aborda as práticas implementadas na empresa relacionadas com os direitos básicos do ser humano, os Indicadores Sociais abordam questões relacionadas com a sociedade e comunidades locais, e os Indicadores de Responsabilidade de Produto abordam questões relacionadas com os produtos/serviços que as empresas fornecem ao seu cliente.

As categorias foram utilizadas nesta investigação para recolher a informação dos relatórios das empresas e assim analisar o que as empresas divulgaram nos seus relatórios.

Tabela 4 - Índice Para Analisar A Divulgação Da Informação Não Financeira

Organização	1. Perfil Organizacional	<ul style="list-style-type: none"> 1.1 Nome da organização 1.2 Principais marcas, produtos e/ou serviços 1.3 Localização da sede da organização 1.4 Localização das operações 1.5 Tipo e natureza jurídica da empresa 1.6 Mercados abrangidos 1.7 Dimensão da organização 1.8 Informação dos empregados e outros trabalhadores 1.9 Cadeia de fornecimento 1.10 Alterações significativas para a empresa ou na sua cadeia de fornecimento 1.11 Abordagem ao princípio de precaução 1.12 Iniciativas externas 1.13 Participação com ou em associações/organizações 1.14 Impactos, riscos e oportunidades chave 1.15 Valores, princípios, standards e código de conduta da organização
	2. Perfil do Relatório	<ul style="list-style-type: none"> 2.1 Período do relatório 2.2 Data do relatório mais recente 2.3 Ciclo de emissão de relatórios 2.4 Contactos para questões sobre o relatório ou os seus conteúdos 2.5 Auditoria externa
	3. Governança	<ul style="list-style-type: none"> 3.1 Informação sobre a o conselho de administração 3.2 Grau de responsabilização da administração para os tópicos ambientais, económicos e sociais 3.3 Presidente do Conselho de Administração 3.4 Seleção e nomeação do presidente do conselho de administração 3.5 Conflitos de interesse 3.6 Papel do presidente do conselho de administração em estabelecer objetivos, valores e estratégias 3.7 Identificar e gerir os impactos ambientais, económicos e sociais 3.8 Eficácia dos processos de gestão de risco 3.9 Revisão dos tópicos ambientais, económicos e sociais 3.10 Papel do presidente do conselho de administração no relatório de sustentabilidade 3.11 Reporte dos principais problemas 3.12 Natureza e número dos principais problemas

	4. Envolvimento com os Stakeholders	<p>4.1 Lista dos grupos de <i>stakeholders</i></p> <p>4.2 Identificação e seleção dos <i>stakeholders</i></p> <p>4.3 Abordagem aos envolvimento dos <i>stakeholders</i></p> <p>4.4 Principais temas e preocupações levantadas</p>
Indicadores Económicos	1. Desempenho Económico	<p>1.1 Valor económico direto gerado e distribuído</p> <p>1.2 Implicações financeiras, riscos e oportunidades devido às alterações climáticas</p> <p>1.3 Planos obrigatórios de benefícios definidos e planos de reforma</p> <p>1.4 Recebimento de ajuda financeira proveniente governo</p>
	2. Presença no Mercado	<p>2.1 Variação entre o nível do salário mais baixo com o salário mínimo praticado no local</p> <p>2.2 Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais</p> <p>2.3 Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência</p>
Indicadores Ambientais	1. Matéria	<p>1.1 Matérias usadas</p> <p>1.2 Percentagem das matérias renováveis</p>
	2. Energia	<p>2.1 Energia consumida na organização</p> <p>2.2 Energia consumida fora da organização</p> <p>2.3 Intensidade energética</p> <p>2.4 Redução do consumo de energia</p> <p>2.5 Redução das necessidades energéticas dos produtos e serviços</p>
	3. Água	<p>3.1 Captação da água por fonte</p> <p>3.2 Água reciclada e reutilizada</p>
	4. Biodiversidade	<p>4.1 Locais das operações (alugados ou propriedade da empresa) que desempenham atividades dentro ou em zonas adjacentes a áreas protegidas ou áreas com elevado valor de biodiversidade fora de áreas protegidas</p> <p>4.2 Impactos significativos dos produtos e serviços na biodiversidade</p> <p>4.3 Habitats protegidos ou restaurados</p> <p>4.4 Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade</p>
	5. Emissões, efluentes e resíduos	<p>5.1 Total de emissões diretas de gases de efeito estufa</p> <p>5.2 Total de emissões indiretas de gases de efeito estufa</p> <p>5.3 Outras emissões de gases de efeito de estufa</p> <p>5.4 Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas</p> <p>5.5 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono</p> <p>5.6 Óxidos de nitrogénio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas</p> <p>5.7 Descarga da água por quantidade e destino</p> <p>5.8 Resíduos por tipo e por destino</p> <p>5.9 Número e volume total de derramamentos significativos</p>
	6. Conformidade	<p>6.1 Incumprimento das leis e regulamentos ambientais</p>
	7. Transporte	<p>7.1 Impactos ambientais significativos do transporte de produtos, outros bens e trabalhadores</p>
	8. Geral	<p>8.1 Total de investimentos e gastos em proteção ambiental</p>
Indicadores Laborais	1. Emprego	<p>1.1 Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho, género</p> <p>1.2 Número de trabalhadores contratados e taxa de rotatividade</p> <p>1.3 Idade médias dos trabalhadores</p>
	2. Saúde e Segurança no Trabalho	<p>2.1 Percentagem de trabalhadores em comissões formais de segurança e saúde</p> <p>2.2 Número ou percentagem de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho</p> <p>2.3 Temas de segurança e saúde abrangidos por acordos formais com sindicatos</p>

	3. Educação e Formação	3.1 Horas médias de formação por trabalhador 3.2 Programas de melhoria das competências dos trabalhadores 3.3 Percentagem de trabalhadores que recebem regularmente análise de desempenho e de desenvolvimento na carreira
	4. Diversidade e Igualdade de Oportunidades	4.1 Diversidade dos órgãos sociais e trabalhadores 4.2 Rácio da remuneração base entre homens e mulheres, por categoria profissional
Indicadores de Direitos Humanos	1. Práticas de Investimento e de Processos de Compra	1.1 Percentagem e número total de contratos de investimento que incluam cláusulas referentes a direitos humanos 1.2 Percentagem de fornecedores contratados que foram avaliados em relação a direitos humanos 1.3 Total de horas em formação de políticas e procedimentos referentes a direitos humanos
	2. Não-discriminação	2.1 Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas
	3. Práticas de Segurança	3.1 Percentagem de pessoal de segurança em formação de políticas e procedimentos referentes a direitos humanos
	4. Diversidade e Igualdade de Oportunidades	4.1 Diversidade dos órgãos sociais e trabalhadores 4.2 Rácio da remuneração base entre homens e mulheres, por categoria profissional
Indicadores Sociais	1. Comunidade	1.1 Operações com o envolvimento da comunidade local, avaliação dos impactos e programas de desenvolvimento
	2. Corrupção	2.1 Percentagem e número total de unidade de negócio relacionadas com a corrupção 2.2 Percentagem de funcionários com formação nas políticas e procedimentos anticorrupção 2.3 Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção
	3. Concorrência desleal	3.1 Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de monopólio e seus resultados
	4. Conformidade	4.1 Valor monetário de multas e número de sanções não monetárias resultante de não-conformidade com leis e regulamentos
Indicadores de Responsabilidade de Produto	1. Saúde e Segurança do Cliente	1.1 Avaliação a impactos de saúde e segurança relativos a produtos e serviços 1.2 Incidentes de não conformidade relativamente a impactos de saúde e segurança dos produtos e serviços
	2. Rotulagem de Produtos e Serviços	2.1 Informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem 2.2 Incidentes de não conformidade relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços 2.3 Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação
	3. Comunicações de Marketing	3.1 Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio
	4. Conformidade	4.1 Número de reclamações relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes 4.2 Valor de multas por não conformidade com as leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços

Com recurso ao Excel, o índice para analisar a divulgação da informação não financeira foi preenchido com um código binário, 0 se a informação não foi divulgada, e 1 se a informação foi divulgada nos relatórios de sustentabilidade das empresas. Cada item/subindicador equivale a 1 ponto.

Conforme a Tabela 5, a pontuação máxima para cada categoria é a seguinte: indicadores sobre a organização - 36 pontos, os indicadores ambientais - 25 pontos, indicadores laborais – 11 pontos, indicadores de responsabilidade de produto – 8 pontos, indicadores económicos e indicadores direitos humanos – 7 pontos e, por último, indicadores sociais – 6 pontos.

Pode-se verificar que para cada ano, cada empresa estudada pode chegar a ter uma pontuação máxima de 100 pontos.

Tabela 5 - Pontuação Máxima Para Cada Categoria Do Índice

Categorias	Pontuação Máxima
Organização	36
Indicadores Económicos	7
Indicadores Ambientais	25
Indicadores Laborais	11
Indicadores Direitos Humanos	7
Indicadores Sociais	6
Indicadores de Responsabilidade de Produto	8
Total	100

Fonte: Elaboração própria

2.3 Análise E Discussão Dos Resultados

Neste capítulo serão apresentados e analisados os resultados obtidos no índice de divulgação da informação não financeira elaborado no Excel. Será feita uma breve apresentação de cada empresa selecionada na amostra e, de seguida, a apresentação dos resultados obtidos no índice. Será também efetuada a comparação da divulgação da informação das três empresas nos três anos em estudo. Como o setor analisado é o da Indústria de Papel, abordar-se-á uma análise aos Indicadores Ambientais. Serão mencionadas as metas e as ações referentes aos ODS de cada empresa e analisar-se-á a relação dos indicadores mencionados na Tabela 4 com os dezassete ODS. As tabelas com as classificações completas encontram-se nos apêndices.

2.3.1 Apresentação Dos Resultados Obtidos No Índice De Divulgação da Informação Não Financeira

2.3.1.1 Altri

A empresa Altri foi fundada em 2005, na cidade do Porto. Nesse mesmo ano, adquiriu 95% da empresa Celtejo. Em 2006, adquiriu 50% da EDP Bioelétrica, 100% da Celbi e mais 4.45% da Celtejo. O ano de 2018 ficou marcado pela aquisição da totalidade do capital da EDP Bioelétrica que, entretanto, foi redominada Bioelétrica da Foz. Em 2019, começou a ser contruída uma nova Central Termoelétrica a Biomassa na Figueira da Foz.

O Relatório de Sustentabilidade da empresa foi elaborado tendo por base os requisitos da Diretiva 2014/95/EU e do Decreto-Lei nº 89/2017, conforme a Tabela 3.

Na Tabela 6 será apresentada o resumo da classificação da empresa Altri para os anos 2017 e 2019. A classificação de cada item encontra-se na tabela completa na Apêndice I.

Tabela 6 - Classificação Resumida Da Altri

Métricas / Indicadores	Empresa		
	Altri		
	2017	2018	2019
Organização	21	25	27
1. Perfil Organizacional	10	13	13
2. Perfil do Relatório	4	4	5
3. Governança	5	5	6
4. Envolvimento com Stakeholders	2	3	3
Indicadores Económicos	0	1	2
1. Desempenho Económico	0	0	1
2. Presença no Mercado	0	1	1
Indicadores Ambientais	14	17	19
1. Matérias	2	2	2
2. Energia	3	4	4
3. Água	1	1	1
4. Biodiversidade	3	2	3
5. Emissões, efluentes e resíduos	5	7	8
6. Conformidade	0	1	1
7. Transporte	0	0	0
8. Geral	0	0	0
Indicadores Laborais	5	6	8
1. Emprego	2	2	2
2. Saúde e Segurança no Trabalho	1	1	2
3. Educação e Formação	2	2	2
4. Diversidade e Igualdade de Oportunidades	0	1	2
Indicadores de Direitos Humanos	0	0	1
1. Práticas de Investimento e de Processos de Compra	0	0	0
2. Não-discriminação	0	0	1
3. Práticas de Segurança	0	0	0
4. Diversidade e Igualdade de Oportunidades	0	0	0
Indicadores Sociais	2	2	2
1. Comunidade	1	1	1
2. Corrupção	1	1	1
3. Concorrência desleal	0	0	0
4. Conformidade	0	0	0
Indicadores de Responsabilidade de Produto	1	1	1
1. Saúde e Segurança do Cliente	0	0	0
2. Rotulagem de Produtos e Serviços	1	1	1
3. Comunicações de Marketing	0	0	0
4. Conformidade	0	0	0
Total da Classificação Completa (pontos)	43	52	60

Fonte: Elaboração própria.

Na tabela verifica-se que as principais categorias divulgadas nos relatórios da Altri, entre 2017 e 2019, são o da Organização, Indicadores Ambientais e Indicadores Laborais. Enquanto as menos divulgadas são Indicadores Económicos, Indicadores de Direitos Humanos, Indicadores Sociais e Indicadores de Responsabilidade de Produto.

Em cada categoria, a divulgação da informação tem vindo a aumentar de ano para ano, exceto na categoria dos Indicadores Sociais e de Indicadores de Responsabilidade do Produto que tem o mesmo número de pontos em todos os anos. Isto quer dizer que nos Indicadores Sociais só foi divulgado dois subindicadores de seis que foram estudados. Já nos Indicadores de Responsabilidade do Produto só foi divulgado um subindicador de oito estudados.

No ano de 2018, a empresa Altri menciona no indicador Conformidade na categoria Indicadores Ambientais que a fábrica Celtejo esteve envolvida num evento de poluição detetado na região de Abrantes, o qual foi alheio à sua atividade. Contudo, receberam uma notificação da APA impondo restrições aos valores de emissão de descarga de águas residuais. No relatório de 2019 é mencionado que não se registou qualquer situação de incumprimento de leis e regulamentos ambientais.

No indicador Corrupção foi referido que não houve qualquer incidente relativo a este domínio.

Em 2019, no indicador Não-Discriminação da categoria Indicadores de Direitos Humanos foi citado que não houve registo de qualquer situação discriminatória na empresa.

O primeiro Relatório de Sustentabilidade elaborado pela Altri foi em 2017. Pode-se verificar que dos cem subindicadores estudados, a empresa divulgou quarenta e três em 2017, cinquenta e dois em 2018 e sessenta em 2019. Pode-se concluir que a empresa Altri tem vindo a divulgar mais informação não financeira de ano para ano, tendo ultrapassado 50% dos indicadores em análise em 2018.

2.3.1.2 Inapa

A empresa Inapa Portugal, constituída em 1965, pertence ao grupo Inapa IPG, S.A. Desde 1980 que está cotada na Bolsa de Valores de Lisboa. A sua atividade é desenvolvida em 10 países: Portugal, Espanha, Alemanha, França, Áustria, Bélgica, Luxemburgo, Angola, Turquia e Holanda. A Inapa é o quarto maior distribuidor de papel europeu.

Nos três Relatórios de Sustentabilidade da empresa não foi mencionado que os relatórios foram elaborados conforme os requisitos da Diretiva 2014/95/EU e do Decreto-Lei nº 89/2017. Além disso, não são explicados os objetivos e a estratégia do modelo empresarial da empresa, tal como também não existe informações sobre aspetos negativos, conforme os requisitos da Diretiva 2014/95/EU e do Decreto-Lei nº 89/2017.

A apresentação do resumo da classificação da empresa Inapa para os anos 2017 e 2019 está na Tabela 7. A classificação de cada item encontra-se na tabela completa na Apêndice II.

Tabela 7 - Classificação Resumida Da Inapa

Métricas / Indicadores	Empresa		
	Inapa		
	2017	2018	2019
Organização	27	27	27
1. Perfil Organizacional	13	13	13
2. Perfil do Relatório	4	4	4
3. Governança	6	6	6
4. Envolvimento com Stakeholders	4	4	4
Indicadores Económicos	0	0	0
1. Desempenho Económico	0	0	0
2. Presença no Mercado	0	0	0
Indicadores Ambientais	16	15	15
1. Matérias	2	2	2
2. Energia	4	4	4
3. Água	1	1	1
4. Biodiversidade	3	3	3
5. Emissões, Efluentes e Resíduos	5	4	4
6. Conformidade	1	1	1
7. Transporte	0	0	0
8. Geral	0	0	0
Indicadores Laborais	7	7	7
1. Emprego	2	2	2
2. Saúde e Segurança no Trabalho	2	2	2
3. Educação e Formação	2	2	1
4. Diversidade e Igualdade de Oportunidades	1	1	2
Indicadores de Direitos Humanos	0	4	4
1. Práticas de Investimento e de Processos de Compra	0	2	2
2. Não-discriminação	0	1	1
3. Práticas de Segurança	0	1	1
4. Diversidade e Igualdade de Oportunidades	0	0	0
Indicadores Sociais	1	1	1
1. Comunidade	1	1	1
2. Corrupção	0	0	0
3. Concorrência desleal	0	0	0
4. Conformidade	0	0	0
Indicadores de Responsabilidade de Produto	7	7	7
1. Saúde e Segurança do Cliente	2	2	2
2. Rotulagem de Produtos e Serviços	2	2	2
3. Comunicações de Marketing	1	1	1
4. Conformidade	2	2	2
Total da Classificação (pontos)	58	61	61

Fonte: Elaboração própria.

Na tabela observa-se que as principais categorias divulgadas nos relatórios da Inapa, nos anos em estudo, são o da Organização, Indicadores Ambientais, Indicadores Laborais e Indicadores de Responsabilidade de Produto. Os menos divulgados são os Indicadores de Direitos Humanos e Indicadores Sociais. Em relação aos Indicadores Económicos não existe nenhuma informação, nos três anos em estudo, porque a informação desta categoria está nos Relatórios & Contas de cada ano. É de ressaltar que o relatório em análise é o Relatório de Sustentabilidade.

Ao analisar a Tabela 7, verifica-se que a empresa Inapa divulgou praticamente os mesmos subindicadores ao longo dos três anos. Os subindicadores que utilizou em 2017 são quase idênticos aos de 2018 e 2019, exceto os Indicadores de Direitos Humanos, que em 2017 não tinha nenhuma informação, e em 2018 e 2019 divulgaram informações relacionados com quatro subindicadores desta categoria.

No indicador Não-Discriminação da categoria Indicadores de Direitos Humanos foi mencionado que não reportaram nenhum caso de discriminação. Na mesma categoria, no indicador Práticas de Segurança foi referido que não existe registos de contratação direta de pessoal de segurança com formação em políticas ou procedimentos de Direitos Humanos.

Na categoria Indicadores Sociais só foi divulgada a informação do indicador Comunidade. Em relação aos outros indicadores não existem informações. Contudo, a informação relativa à Comunidade é que não existem programas para o envolvimento com as comunidades locais e programas de desenvolvimento. Também é referido que a introdução destas medidas não está prevista para acontecer.

A Inapa elaborou o primeiro Relatório de Sustentabilidade em 2017. Pode-se verificar que dos cem subindicadores estudados, a empresa divulgou cinquenta e oito em 2017, e sessenta e um em 2018 e 2019. Pode-se concluir que a empresa Inapa divulgou mais de 50% dos subindicadores relativos à informação não financeira deste estudo, de 2017 a 2019.

2.3.1.3 The Navigator

Em 1953, que Manuel Santos Mendonça liderou o projeto de iniciar atividade da Companhia Portuguesa de Celulose em Cacia com a finalidade de produzir pasta crua de pinho. Quatro anos, depois a Companhia Portuguesa de Celulose tornou-se pioneira, a nível mundial, na produção de pasta de papel a partir de eucalipto pelo processo kraft.

Em 1975, dá-se a constituição da empresa Portucel que integra várias fábricas, a nível nacional, de produção de pasta, papel e embalagens. Com a aquisição das empresas Papéis Inapa e a Soporcel, no início do século XXI, deu-se origem à The Navigator Company.

Em 2004, a empresa Semapa adquire a maioria do capital da The Navigator Company. Em 2009, inauguraram a segunda fábrica de papel, em Setúbal. Com este investimento a empresa The Navigator Company tornou-se líder europeu na produção de papéis finos de impressão e escrita não revestidos. O ano de 2014 é marcado pelo investimento da construção de uma fábrica de pellets nos Estados Unidos da América (EUA). No ano seguinte é adquirida a MAS BR Star Paper S.A, que é uma fábrica de papel para uso doméstico e industrial.

O Relatório de Sustentabilidade da empresa foi elaborado tendo por base os requisitos da Diretiva 2014/95/EU e do Decreto-Lei nº 89/2017, conforme a Tabela 3.

Na Tabela 8 será apresentada o resumo da classificação da empresa The Navigator para os anos em estudo. A classificação de cada item encontra-se na tabela completa do Apêndice III.

Tabela 8 - Classificação Resumida Da The Navigator Company

Métricas / Indicadores	Empresa		
	The Navigator Company		
	2017	2018	2019
Organização	28	28	28
1. Perfil Organizacional	14	14	14
2. Perfil do Relatório	5	5	5
3. Governança	6	6	6
4. Envolvimento com Stakeholders	3	3	3
Indicadores Económicos	4	4	4
1. Desempenho Económico	3	3	3
2. Presença no Mercado	1	1	1
Indicadores Ambientais	19	19	19
1. Matérias	2	2	2
2. Energia	4	4	4
3. Água	1	1	1
4. Biodiversidade	3	3	3
5. Emissões, Efluentes e Resíduos	9	9	9
6. Conformidade	0	0	0
7. Transporte	0	0	0
8. Geral	0	0	0
Indicadores Laborais	10	10	10
1. Emprego	2	2	2
2. Saúde e Segurança no Trabalho	3	3	3
3. Educação e Formação	3	3	3
4. Diversidade e Igualdade de Oportunidades	2	2	2
Indicadores de Direitos Humanos	4	4	4
1. Práticas de Investimento e de Processos de Compra	2	2	2
2. Não-discriminação	1	1	1
3. Práticas de Segurança	1	1	1
4. Diversidade e Igualdade de Oportunidades	0	0	0
Indicadores Sociais	3	4	4
1. Comunidade	1	1	1
2. Corrupção	1	2	2
3. Concorrência desleal	1	1	1
4. Conformidade	0	0	0
Indicadores de Responsabilidade de Produto	3	3	3
1. Saúde e Segurança do Cliente	0	0	0
2. Rotulagem de Produtos e Serviços	2	2	2
3. Comunicações de Marketing	0	0	0
4. Conformidade	1	1	1
Total da Classificação (pontos)	71	72	72

Fonte: Elaboração própria.

Na tabela verifica-se que as principais categorias divulgadas nos relatórios da The Navigator Company, entre 2017 e 2019, são o da Organização, Indicadores Ambientais e Indicadores Laborais. Enquanto as categorias menos divulgadas são Indicadores Económicos, Indicadores de Direitos Humanos, Indicadores Sociais e Indicadores de Responsabilidade de Produto.

Nos relatórios de 2017 e 2018, no indicador Não-discriminação é mencionado que não foi registado qualquer incidente relacionado com este indicador. Menciona também que a empresa dá bastante importância a este indicador. Por este motivo, em 2017, procedeu a uma profunda revisão ao Código de Ética e Conduta, ao Regulamento relativo à Comunicação de Irregularidades e ao Código de Boa Conduta para Prevenção e Combate ao Assédio no Trabalho. Em 2019, foi reportada um incidente discriminatório, mas ao verificar o assunto apurou-se não ter nenhum fundamento.

No indicador Práticas de Segurança é citado que a segurança da empresa é assegurada por empresas privadas e que as mesmas abordam o tema dos direitos humanos na formação dos seus

funcionários. No indicador Corrupção foi mencionado que não se registou qualquer incidente relativo a este domínio.

Nos anos em estudo, no indicador Concorrência Desleal é citado que existe um processo administrativo, não judicial, junto do *Department of Commerce* (EUA).

No indicador Conformidade, na categoria Indicadores de Responsabilidade de Produto, é referido que não se registaram multas ou sanções significativas (superior a três mil euros) durante os três anos.

A The Navigator Company elaborou o primeiro Relatório de Sustentabilidade em 2017. Pode-se verificar que dos cem subindicadores estudados, a empresa divulgou setenta e um em 2017, e setenta e dois para 2018 e 2019, ultrapassando largamente a percentagem de 50%.

2.3.1.4 Comparação Dos Relatórios Das Três Empresas Em Estudo

Ao comparar-se os relatórios das três empresas em estudo pode-se retirar as seguintes observações:

- ✓ Os três relatórios da empresa Altri têm como principais tópicos o Desempenho Económico, a Responsabilidade Ambiental e a Responsabilidade Social;
- ✓ Os três relatórios da Inapa têm como tópicos a Estratégia de Sustentabilidade e Ética, o Ambiente e a Responsabilidade Social;
- ✓ A The Navigator Company tem como principais tópicos a Floresta e Indústria, as Pessoas, as Parcerias e a Inovação;
- ✓ A categoria Organização tem trinta e seis subindicadores. Em 2017, foi divulgado o número mínimo de subindicadores pela empresa Altri, que só divulgou vinte e um. O número máximo de subindicadores foi divulgado pela empresa The Navigator Company nos três anos em estudo. A empresa Inapa divulgou vinte e sete subindicadores, em cada ano de estudo. Nesta categoria, as empresas praticamente divulgam a mesma informação nos seus relatórios;
- ✓ Na categoria Indicadores Económicos, a empresa Inapa não divulgou nenhuma informação. A The Navigator Company divulgou quatro num total de sete sub-indicadores. A Altri, em 2017, não divulgou informação, em 2018, divulgou um sub-indicador e, em 2019, divulgou dois subindicadores;
- ✓ Na categoria Indicadores Ambientais, o número de subindicadores são vinte e cinco. O número mais baixo de indicadores divulgados foi catorze, pela Altri, no ano de 2017. A empresa Inapa divulgou, em 2017, dezasseis subindicadores e baixou para quinze, nos anos de 2018 e 2019, enquanto a empresa The Navigator divulgou dezanove subindicadores nos três anos em estudo;
- ✓ A categoria Indicadores Laborais tem onze subindicadores. Em 2017, a empresa Altri divulgou cinco, aumentando para seis, em 2018, e oito, em 2019. A empresa Inapa divulgou sete sub-indicadores entre 2017 e 2019, enquanto a The Navigator divulgou dez subindicadores nos três anos em estudo;

- ✓ A categoria Indicadores de Direitos Humanos tem sete subindicadores. Dos sete subindicadores estudados nesta categoria, a Altri só divulgou um em 2019. A empresa Inapa divulgou quatro em 2018 e 2019 e a The Navigator divulgou quatro, nos três anos;
- ✓ Na Tabela 4, relativamente ao subindicador “2.1 Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas”, só a The Navigator teve um caso a reportar em 2019. As outras empresas divulgaram que não tiveram nenhum caso em relação a este subindicador;
- ✓ A categoria que tem menos subindicadores estudados é a categoria Indicadores Sociais, com seis. Os subindicadores estão relacionados com Comunidade, Corrupção, Concorrência Desleal e a Conformidade. Este último tem como objetivo a divulgação do valor monetário de multas e o número de sanções não monetárias resultantes da não conformidade com as leis e os regulamentos. As três empresas não divulgaram nenhuma informação sobre multas e sanções não monetárias. Em relação à Corrupção e Concorrência Desleal existe pouca informação divulgada pelas três empresas;
- ✓ São oito subindicadores na categoria Indicadores de Responsabilidade de Produtos. Em cada ano do estudo, a Altri divulgou um, a Inapa divulgou sete e a The Navigator divulgou três;
- ✓ Considerando a totalidade dos indicadores, a empresa que divulgou mais informação foi a The Navigator com setenta e dois subindicadores em cada ano de estudo, seguida da Inapa, com cinquenta e oito, em 2017, e sessenta e um em 2018 e 2019. Por último, a Altri, com quarenta e três em 2017, cinquenta e dois em 2018 e sessenta em 2019;
- ✓ Conforme a Tabela 5, as categorias não têm o mesmo número de subindicadores. Mesmo assim, constatámos que existe bastante informação sobre as categorias Organização, Indicadores Ambientais e Indicadores Laborais e pouca informação nas categorias Indicadores Económicos, Indicadores de Direitos Humanos, Indicadores Sociais e Indicadores de Responsabilidade do Produto;
- ✓ A empresa Altri melhorou os seus relatórios de ano para ano, quer a nível visual, quer ao nível de informação. O nível de divulgação foi progredindo de ano para ano;
- ✓ A empresa Inapa não alterou, a nível visual, os seus relatórios e os mesmos parâmetros de informação que divulgou entre 2017 e 2019;
- ✓ Os relatórios da The Navigator são apelativos visualmente e a sua informação é bastante detalhada;
- ✓ É de realçar que em todos os relatórios existe mais informação de aspetos positivos na empresa do que negativos.

2.3.2 Análise dos Indicadores Ambientais

A indústria de papel está associada ao abate das árvores e aos elevados níveis de poluição. No entanto esta indústria tem vindo a crescer e a reciclar-se na relação com o meio ambiente (Antunes, 2019). Mas mesmo assim, as pessoas continuam a associar o abate das árvores à produção do papel, o que levou a que muitas organizações colocassem na assinatura dos seus e-mails frases como antes de imprimir, pense no meio ambiente (Florestal Brasil, 2019). Luís Veiga Martins, diretor-geral da CELPA declarou que atualmente a Indústria de Papel não utiliza madeira proveniente de

florestas naturais, mas que a matéria-prima resulta da plantação de árvores destinadas para esse fim (Antunes, 2019).

Os produtos que são fabricados pelas empresas do setor da indústria de papel são utilizados diariamente, como por exemplo: os jornais, revistas, cadernos, livros, toalhas das mãos, papel higiénico, embalagens, até a própria folha branca para imprimir um documento no, entre outros. Para que estes produtos possam chegar ao consumidor final, estes passam por bastantes fases. As árvores são um bem essencial para o mundo, porque com o seu crescimento é retido o dióxido de carbono na atmosfera e é libertado o oxigénio. Contudo, para se iniciar o processo de produção de papel precisa-se de derrubar as árvores para se utilizar a madeira na produção. No tratamento da madeira são utilizados muitos químicos que depois passam por vapores com vários graus celsius. Também são utilizados vários litros de água e muita energia na operação das máquinas. Por isso, a indústria de papel está associada às indústrias mais poluentes a nível mundial, porque está sujeita a atividades com químicos, ao consumo de recursos naturais e também à contaminação dos mesmos. Além destas questões, a poluição dos recursos naturais pode originar doenças tanto nos funcionários fabris como nos moradores da comunidade onde a indústria está inserida (Godoy, 2011).

As empresas deste setor tentam ter o mais cuidado possível para que não haja acontecimentos negativos. Dado este contexto, realizamos uma análise mais aprofundada ao nível da divulgação de informação sobre indicadores ambientais. Na Tabela 9 será apresentada a divulgação da informação sobre os Indicadores Ambientais, nos três anos em estudo.

Tabela 9 - Indicadores Ambientais Da Amostra

Métricas / Indicadores	Empresas									
	Sub Total	Altri			Inapa			The Navigator		
		2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Indicadores Ambientais										
1. Matérias	Sub Total	2	2	2	2	2	1	2	2	2
	Total	2	2	2	2	2	2	2	2	2
1.1 Matérias usadas		1	1	1	1	1	1	1	1	1
1.2 Percentagem das matérias renováveis		1	1	1	1	1	0	1	1	1
2. Energia	Sub Total	3	4	4	4	4	4	4	4	4
	Total	5	5	5	5	5	5	5	5	5
2.1 Energia consumida na Organização		1	1	1	1	1	1	1	1	1
2.2 Energia consumida fora da Organização		0	0	0	1	1	1	1	1	1
2.3 Intensidade Energética		0	1	1	0	0	0	1	1	1
2.4 Redução do consumo de energia		1	1	1	1	1	1	1	1	1
2.5 Redução das necessidades energéticas dos produtos e serviços		1	1	1	1	1	1	0	0	0
3. Água	Sub Total	1	1	1	1	1	1	1	1	1
	Total	2	2	2	2	2	2	2	2	2
3.1 Captação da água por fonte		1	1	1	1	1	1	1	1	1
3.2 Água reciclada e reutilizada		0	0	0	0	0	0	0	0	0
4. Biodiversidade	Sub Total	3	2	3	3	3	3	3	3	3
	Total	4	4	4	4	4	4	4	4	4
4.1 Locais das operações (alugados ou propriedade da empresa) que desempenham atividades dentro ou em zonas adjacentes a áreas protegidas ou áreas com elevado valor de biodiversidade fora de áreas protegidas		1	1	1	1	1	1	1	1	1
4.2 Impactos significativos dos produtos e serviços na biodiversidade		0	0	0	1	1	1	1	1	1
4.3 Habitats protegidos ou restaurados		1	1	1	1	1	1	1	1	1
4.4 Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade		1	0	1	0	0	0	0	0	0
5. Emissões, efluentes e resíduos	Sub Total	5	7	8	5	4	4	9	9	9
	Total	9	9	9	9	9	9	9	9	9
5.1. Total de emissões diretas de gases de efeito estufa		1	1	1	1	1	1	1	1	1
5.2 Total de emissões indiretas de gases de efeito estufa		1	1	1	1	1	1	1	1	1
5.3 Outras emissões de gases de efeito de estufa		0	1	1	1	0	0	1	1	1
5.4 Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.		0	0	1	0	0	0	1	1	1
5.5 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono		0	1	1	1	1	1	1	1	1
5.6 Óxidos de nitrogénio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas		1	1	1	0	0	0	1	1	1
5.7 Descarga da água por quantidade e destino		1	1	1	0	0	0	1	1	1
5.8 Resíduos por tipo e por destino		1	1	1	1	1	1	1	1	1
5.9 Número e volume total de derramamentos significativos		0	0	0	0	0	0	1	1	1
6. Conformidade	Sub Total	0	1	1	1	1	1	0	0	0
	Total	1	1	1	1	1	1	1	1	1
6.1 Incumprimento das leis e regulamentos ambientais		0	1	1	1	1	1	0	0	0
7. Transporte	Sub Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	1	1	1	1	1	1	1	1	1
7.1 Impactos ambientais significativos do transporte de produtos, outros bens e trabalhadores		0	0	0	0	0	0	0	0	0
8. Geral	Sub Total	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Total	1	1	1	1	1	1	1	1	1
8.1 Total de investimentos e gastos em proteção ambiental		0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total da Classificação (pontos)		14	17	19	16	15	14	19	19	19

Fonte: Elaboração própria.

Na categoria Indicadores Ambientais, os principais indicadores são a matéria, energia, água, biodiversidade e emissões, efluentes e resíduos.

Os relatórios que foram divulgados apresentaram o tipo de matérias usadas pelas empresas e a percentagem das matérias renováveis. As empresas utilizaram mais de 90% de matérias renováveis.

Em relação à energia, foi divulgado quanto gastaram neste indicador. Todavia, nem sempre conseguiram reduzir o seu consumo. Em 2017, a empresa Altri só divulgou três subindicadores e a partir de, 2018, divulgou quatro subindicadores referentes à energia. A Inapa e a The Navigator divulgaram quatro subindicadores, nos três anos em estudo.

Em relação à água, só mencionaram a captação da água por fonte, e nenhuma empresa fez menção à água reciclada e reutilizada.

No indicador Biodiversidade, o número mínimo de subindicador foi dois, em 2018, pela Altri, e o máximo foi três subindicadores, para 2017 e 2019, da Altri, como para os três anos da Inapa e da The Navigator. Neste indicador, as empresas Altri e The Navigator Company divulgaram quanto têm de áreas protegidas. A empresa Inapa informou que não tem nenhuma área protegida.

No indicador Emissões, Efluentes e Resíduos, todas as empresas citaram o total de emissões diretas e indiretas de gases de efeitos de estufa e as emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono. A empresa Inapa foi a única que não divulgou informação sobre Óxidos de Nitrogénio (NOx), Óxidos de Enxofre (SOx) e outras emissões significativas, nem sobre a descarga da água por quantidade e destino. Neste indicador, a empresa Altri aumentou, de ano para ano, o número de subindicadores divulgados, a Inapa divulgou cinco subindicadores, em 2017, e quatro subindicadores, nos anos 2018 e 2019. A The Navigator foi a única empresa que divulgou os nove subindicadores, nos três anos em estudo

A empresa The Navigator Company foi a única empresa que mencionou que não teve derramamentos significativos entre 2017 e 2019.

No indicador Conformidade, a Altri mencionou que em 2018 esteve envolvida num evento de poluição, o qual era alheio à sua atividade. Em 2019, já não teve nenhuma situação de incumprimento. A empresa Inapa mencionou que não teve multas por incumprimento de leis e/ou regulamentos ambientais.

Nenhuma empresa apresentou informação sobre impactos ambientais significativos de transporte de produtos, outros bens e de trabalhadores.

Também não houve informação sobre investimentos e gastos em proteção ambiental. Como a indústria de papel está associada aos elevados níveis de poluição (Antunes, 2019), seria importante que as empresas divulgassem informação sobre os seus investimentos e gastos na proteção ambiental.

2.3.3 O Relato Dos Objetivos De Desenvolvimento Sustentável

Nesta investigação, pretendemos, ainda, compreender em que medidas as empresas portuguesas do setor do papel estão a contribuir para a implementação dos ODS. O objetivo é perceber como é o funcionamento das empresas e o crescimento económico das mesmas, que inovações

existem na produção do papel e se as suas infraestruturas estão relacionadas com os parâmetros de sustentabilidade, se as empresas procuram minimizar os impactos ambientais e que proteções têm referentes à vida terrestre.

Em primeiro lugar verificou-se se as empresas mencionaram a implementação dos ODS nos seus relatórios.

Na Tabela 3, referimos que a empresa Altri mencionou nos relatórios de 2018 e 2019, a empresa Inapa citou no relatório de 2019 e a empresa The Navigator Company mencionou nos relatórios dos três anos.

Depois da análise, elaborou-se uma tabela para cada empresa com os indicadores estudados anteriormente e relacionou-se com os dezassete ODS conforme a divulgação da informação nos seus relatórios.

Os indicadores estudados foram: Funcionários, Materiais, Água, Energia, Biodiversidade, Emissões, Efluentes e Resíduos, Formação e Educação, Direitos Humanos, Emprego e Empregabilidade, Saúde e Segurança dos Funcionários, Comunidade, Anticorrupção, Clientes e Fornecedores.

Finalmente, analisou-se os ODS prioritários para as empresas e quais foram as suas metas e as suas ações para os cumprir.



Segue-se a análise de cada empresa.

2.3.3.1 Altri

A empresa Altri divulga informação sobre seis ODS: Saúde de Qualidade (ODS 3), Energias Renováveis e Acessíveis (ODS 7), Produção e Consumo Sustentáveis (ODS 12), Ação Climática (ODS13), Proteger a Vida Marinha (ODS 14) e Proteger a Vida Terrestre (ODS15).

A seguinte Tabela 10 mostra as metas e as ações da Altri para os objetivos mencionados acima.

Tabela 10- Metas E Ações Dos ODS Da Altri

Objetivo	Metas	Ações
 <p>3 SAÚDE DE QUALIDADE</p>	Promover políticas de saúde e segurança, com vista a assegurar o acesso a serviços de saúde de qualidade.	A empresa cumpre integralmente a legislação de saúde e segurança aplicável, baseando-se em normas internacionais como a OHSAS 18001. Os processos de saúde e segurança implementados vão para além dos requisitos obrigatórios, tendo como objetivo proporcionar um ambiente de trabalho seguro e saudável, garantindo assim o direito das pessoas à proteção da sua saúde e da sua integridade.
 <p>7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS</p>	Procurar a produção de energia de fontes renováveis, nomeadamente através da expansão e modernização das suas centrais de biomassa.	A empresa está no setor da energia renovável a partir da biomassa através da Bioelétrica da Foz. Atualmente tem em funcionamento cinco centrais de produção termoelétrica a partir de biomassa florestal, que produzem anualmente cerca de 700 GWh.

<p>12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS</p>	<p>Procurar a prevenção e controlo integrado da poluição, contribuindo para minimizar os seus impactos adversos ao ambiente e saúde humana.</p>	<p>A Central Bioelétrica da Foz contribui para a política energética da empresa, que tem como objetivo a diminuição da dependência externa e do efeito de estufa resultante da utilização de combustíveis fósseis.</p>
<p>13 AÇÃO CLIMÁTICA</p>	<p>Integrar medidas relacionadas com alterações climáticas nas políticas, estratégias e planeamentos nacionais.</p>	<p>O Código de Conduta de Fornecedores de Serviços Florestais incide sobre Desempenho, Auditorias, Ética, Subcontratação, Segurança e Saúde, Laborais, Ambientais, Igualdade e Não Discriminação, e Confidencialidade.</p>
<p>14 PROTEGER A VIDA MARINHA</p>	<p>Prevenir e reduzir a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes.</p>	<p>81% da água captada nas fábricas da empresa é devolvida ao ambiente após ser devidamente tratada. Os restantes 19% acompanham o produto final ou evaporam para a atmosfera.</p>
<p>15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE</p>	<p>Assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas húmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.</p> <p>Integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade no planeamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento e nas estratégias de redução da pobreza.</p>	<p>A empresa realça a importância da criação de valor nas áreas naturais, por exemplo, através da valorização dos serviços do ecossistema e da oportunidade que resulta de uma partilha efetiva de experiências, de conhecimento e potenciais benefícios de uma gestão ativa e integrada das áreas de produção e de conservação de áreas protegidas, <i>habitats</i> e espécies.</p> <p>A Altri juntou-se à Fundação Mata Bussaco com o objetivo de valorizar e dinamizar o potencial endógeno dos territórios abrangidos pela Mata Nacional e Serra do Bussaco.</p>

Fonte: Relatórios da empresa Altri

Na Tabela 11 relacionam-se os indicadores mencionados no ponto 2.3.3 com os ODS divulgados. Verifica-se que todos os indicadores divulgados pela empresa se relacionam com os ODS que esta optou por divulgar.

Tabela 11 - Indicadores da Altri Relacionados Com Os ODS

Altri	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	
Funcionários				X	X			X		X						X
Materiais								X				X				
Água						X		X			X					
Energia							X	X			X	X				
Biodiversidade						X							X	X		
Emissões, efluentes e resíduos			X			X					X	X	X	X		
Formação e Educação				X	X			X								X
Direitos Humanos										X						
Emprego e Empregabilidade					X			X								
Saúde e Segurança dos Funcionários			X					X								
Comunidade	X	X														
Anticorrupção																X
Clientes								X								
Fornecedores					X			X			X					X



Fonte: Elaboração própria


2.3.3.2 Inapa

A empresa Inapa divulga informação sobre quatro ODS: Saúde de Qualidade (ODS 3), Energias Renováveis e Acessíveis (ODS 7), Produção e Consumo Sustentáveis (ODS 12), Ação Climática (ODS13).

A seguinte tabela mostra as metas e as ações da Inapa para os objetivos mencionados acima.

Tabela 12- Metas E Ações Dos ODS Da Inapa

Objetivo	Metas	Ações
 <p>3 SAÚDE DE QUALIDADE</p>	<p>Melhorar a taxa de acidentes de trabalho e doenças profissionais de todos os colaboradores – 10% até 2022.</p>	<p>Melhorar o sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho.</p> <p>Reduzir os riscos específicos de segurança e saúde no trabalho.</p> <p>Aumentar a formação dos colaboradores na área da segurança e saúde no trabalho.</p> <p>Melhorar os relatórios internos de segurança e saúde da empresa.</p>
 <p>7 ENERGIAS RENOVÁVEIS E ACESSÍVEIS</p>	<p>Aumentar a quota de energia renovável utilizada na empresa de 5% para 20% até 2022.</p>	<p>Alterar a energia utilizada pela empresa para “energia verde”.</p> <p>Alterar a utilização de combustíveis fósseis para biocombustíveis (Diesel).</p> <p>Rever as opções de aquecimento da empresa para opções com baixas emissões, por exemplo, a construção de painéis fotovoltaicos e conversão de aquecedores de óleo em gás.</p> <p>Reduzir a energia utilizada nos locais de trabalho: utilização mais econômica de ar condicionado, luzes inteligentes.</p> <p>Reduzir o impacto ambiental relacionado com viagens. Por exemplo: aumentar o uso de videoconferências.</p>
 <p>12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS</p>	<p>Aumentar a eficiência da utilização de recursos naturais com o aumento do uso de matérias recicladas.</p> <p>Aumentar a percentagem do volume de compras a fornecedores com padrões de produção responsáveis e credíveis e reconhecidos internacionalmente para mais de 90% até 2022.</p> <p>Reduzir a produção de resíduos em 15% até 2022.</p>	<p>Substituir as fitas de plástico dos materiais de embalagem por bioplástico e/ou papel reciclado.</p> <p>Desenvolver o programa de monitorização da cadeia de abastecimento da empresa, melhorando a participação dos fornecedores com maior pontuação.</p> <p>Aumentar a participação de materiais reutilizados.</p> <p>Manuseamento mais cuidadoso e econômico dos materiais utilizados na logística e no transporte.</p>

	<p>Aumentar a resiliência e a capacidade de adaptação aos riscos relacionados com as alterações climáticas, reduzindo o consumo de energia e a intensidade de GEE dos negócios da empresa.</p>	<p>Nos próximos anos, o transporte de mercadorias, entre as instalações da empresa e as do cliente, será realizado por estrada devido às elevadas exigências com prazos de entrega curtos. Os caminhos-de-ferro ou os navios não são alternativas devido haver poucas infraestruturas locais necessárias para esse efeito.</p>
	<p>Estabelecer metas ambiciosas de redução de CO2 baseadas no SBT do programa "Business Ambition 1,5°C" da ONU.</p>	

Fonte: Relatórios da empresa Inapa

Foi mencionado no ponto 2.5.3 que a empresa Inapa só divulgou no seu relatório de 2019 informação sobre ODS. Então a Tabela 12 é referente a esse ano.

A Tabela 13 mostra que nem todos os indicadores divulgados estão relacionados com os ODS, tais como: Água, Biodiversidade, Direitos Humanos, Emprego e Empregabilidade, Comunidade, Anticorrupção e Clientes.

Tabela 13 - Indicadores da Inapa Relacionados Com Os ODS

Inapa	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
Funcionários			X	X														
Materiais								X								X		
Água																		
Energia							X					X	X					X
Biodiversidade																		
Emissões, efluentes e resíduos							X					X	X					X
Formação e Educação				X														
Direitos Humanos																		
Emprego e Empregabilidade																		
Saúde e Segurança dos Funcionários			X															
Comunidade																		
Anticorrupção																		
Clientes																		
Fornecedores								X				X						





Fonte: Elaboração própria.



2.3.3.3 The Navigator Company

A empresa The Navigator Company divulga informações sobre sete ODS: Educação de Qualidade (ODS 4), Trabalho Digno e Crescimento Económico (ODS 8), Indústria, Inovação e Infraestruturas (ODS 9), Produção e Consumo Sustentáveis (ODS 12), Proteger a Vida Terrestre (ODS15) e Parcerias para a Implementação dos Objetivos (ODS 17).

A seguinte tabela mostra as metas e as ações da empresa The Navigator para os objetivos mencionados acima.

Tabela 14- Metas E Ações Dos ODS Da The Navigator Company

Objetivo	Metas	Ações
<p>4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE</p> 	<p>Aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilitações relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Promover ações de formação que assegurem a retenção do <i>know-how</i> interno. Plataforma <i>online</i> do Learning Center. - Alfabetização dos trabalhadores em Moçambique. Programas de visitas escolares. - O papel produzido pela empresa é um suporte à aprendizagem e literacia.
<p>8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO</p> 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, a criação de emprego digno, o empreendedorismo, a criatividade e a inovação e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive através do acesso aos serviços financeiros. - Proteger os direitos do trabalho e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários. 	<ul style="list-style-type: none"> - Promoção da Segurança dos trabalhadores. - Meta Zero Acidentes. - Regras Cardinais (Código de Conduta) para Colaboradores e Fornecedores.
<p>9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS</p> 	<p>Desenvolver infraestruturas de qualidade, de confiança, sustentáveis e resilientes, incluindo infraestruturas regionais e transfronteiriças, para apoiar o desenvolvimento económico e o bem-estar humano, focando-se no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Modernizar as infraestruturas e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com maior eficiência no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos. - Fortalecer a investigação científica, melhorar as capacidades tecnológicas, incentivar a inovação e aumentar substancialmente o número de trabalhadores na área de investigação e desenvolvimento por milhão de pessoas e a despesa pública e privada em investigação e desenvolvimento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Instituto de Investigação RAIZ: Projeto Impactus. - Desenvolvimento de projetos de bioeconomia. - Ferramentas de avaliação de projetos de investigação.
<p>12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS</p> 	<ul style="list-style-type: none"> - Alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais. - Reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização. - Incentivar as empresas, especialmente as de grande dimensão e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informação sobre sustentabilidade nos relatórios de atividade. - Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Minimização da utilização de água e de energia: Programa Corporativo de Redução da Utilização de Água e Programa Corporativo de Eficiência Energética. - Projetos de economia circular. - Programa de Fomento da Certificação Florestal.

<p>15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE</p> 	<p>- Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas húmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.</p> <p>- Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, travar a deflorestação, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente os esforços de florestação e reflorestação, a nível global.</p> <p>Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, travar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas.</p>	<p>- Práticas de gestão florestal sustentável.</p> <p>- Defesa da floresta contra os incêndios.</p> <p>- Práticas de conservação da biodiversidade e proteção dos habitats naturais.</p>
<p>17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS</p> 	<p>Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multisectoriais que mobilizem e partilhem conhecimento, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável.</p> <p>Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil que sejam eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias.</p>	<p>Promoção de parcerias com diversas entidades para promover o cumprimento dos restantes ODS e estimular o envolvimento com diferentes grupos de <i>stakeholders</i>.</p>

Fonte: Relatórios da empresa The Navigator

Na Tabela 15 são apresentados os indicadores que estão relacionados com os ODS conforme a divulgação da informação nos relatórios da empresa. Como se pode verificar os indicadores Direitos Humanos e Anticorrupção não foram relacionados com os ODS.

Tabela 15 - Indicadores Da The Navigator Relacionados Com Os ODS

The Navigator	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	
Funcionários				X					X									X
Materiais															X			X
Água						X						X						
Energia							X					X	X					
Biodiversidade															X			X
Emissões, efluentes e resíduos												X	X					X
Formação e Educação				X														X
Direitos Humanos																		
Emprego e Empregabilidade								X										
Saúde e Segurança dos Funcionários			X					X										
Comunidade				X														X
Anticorrupção																		
Clientes												X						
Fornecedores								X				X						X

Fonte: Elaboração própria.

2.3.4 Discussão Dos Resultados

Conforme a orientação da COM 2017/C 215/01 (CE, 2017), as empresas podem divulgar o relatório no formato que considerem o mais adequado. As empresas em análise, optaram pelo relatório de sustentabilidade, nos três anos em estudo.

O Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho estabelece que as EIP divulguem informações não financeiras nos seus relatórios, a partir do dia 1 de janeiro de 2017. Nos três anos em estudo, 2017 a 2019, existe um aumento da divulgação da informação não financeira nos relatórios de sustentabilidade das empresas. Este aumento deve-se a uma maior divulgação de informações relacionadas com as seguintes categorias: Organização, Indicadores Económicos, Indicadores Ambientais, Indicadores Laborais, Indicadores de Direitos Humanos, Indicadores Sociais e Indicadores de Responsabilidade do Produto. As empresas ao divulgarem mais informações não financeiras, sejam positivas ou negativas, permitem que os *stakeholders* tomem decisões mais fundamentadas.

O sector da indústria de papel está associado a elevados níveis de poluição e a um elevado escrutínio público. Constatámos que empresas em estudo divulgaram várias informações sobre os subindicadores ambientais (mencionados no ponto 2.3.2). Contudo, não houve informação sobre os investimentos e gastos em proteção ambiental. Assim, pode-se concluir que, apesar do aumento de divulgação ambiental, ainda há possibilidade de a mesma ser melhorada.

As empresas divulgaram nos seus relatórios metas e ações para a implementação dos seguintes ODS: ODS 3- Saúde de Qualidade, ODS 4 – Educação de Qualidade, ODS 7 – Energias Renováveis e Acessíveis, ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Economico, ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestruturas, ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis, ODS 13 – Ação Climática, ODS 14- Proteger a Vida Marinha, ODS 15 – Proteger a Vida Terrestre e a ODS 17- Parcerias para a Implementação dos Objetivos. O objetivo das metas propostas pelas empresas é utilizar menos recursos naturais na sua produção, aumentar a utilização de recursos renováveis, utilizar materiais recicláveis e melhorar as condições laborais dos seus funcionários. As empresas esperam alcançar essas metas num curto espaço de tempo, uma vez que a ONU propôs que os ODS sejam alcançados até 2030.

Os resultados evidenciam que existe uma forte ligação entre os Indicadores e os ODS. Isto, revela que as empresas optam por divulgar a forma como a sua atuação contribui para atingirem determinados ODS, e que a escolha desses ODS se relaciona com os indicadores divulgados. Tal confirma que a tendência da evolução do relato da sustentabilidade é compatível com a inclusão de informação sobre os ODS.

Segundo PWC (2017), a maioria das empresas opta por priorizar apenas um reduzido número de ODS, focando nos objetivos que possam obter resultados positivos ou que possam ter um maior impacto nos seus negócios. Nos relatórios das empresas, verifica-se que a informação divulgada sobre ODS incide mais sobre os impactos positivos do que negativos.

O estudo de Lopes e Eugénio (2018) incide sobre as empresas europeias do setor das águas minerais naturais, tendo concluído que existe uma forte ligação entre esse setor e o ODS 6 (Água Potável e Saneamento). As empresas que analisámos não apresentaram metas e ações relativas a esse ODS, não obstante o setor da indústria de papel poder ter derramamentos de produtos

químicos e à contaminação dos recursos naturais, como aconteceu em 2018, com o caso da poluição do Rio Tejo¹.

O ODS 12 é considerado o objetivo mais interligado com os outros ODS pela PWC (2017), pois preservar os recursos naturais, reduzir o desperdício alimentar, reduzir os resíduos, entre outras medidas ligadas ao consumo sustentável, faz com que melhore a qualidade de vida das pessoas, a qualidade do subsolo, da vida marinha e diminuição do efeito de estufa. Neste estudo, verifica-se que todas as empresas têm medidas para implementar relacionadas com este ODS. Já o ODS 13 – Ação Climática é o objetivo que 89% das empresas portuguesas selecionaram como prioritário (PWC, 2017) e, segundo o estudo de Salvia *et al.* (2019), existe uma preocupação, a nível mundial, com este ODS. As empresas Altri e a Inapa também têm medidas sobre este ODS.

Hatayama (2022) analisou a relação da indústria metalúrgica e os ODS, tendo concluído que existe uma forte relação entre este setor e o ODS 15 (Proteger a Vida Terrestre). Os ODS mais divulgados foram o ODS 3 (Saúde de Qualidade), ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Económico) e ODS 12 (Produção e Consumo Sustentáveis). No presente estudo, constatámos que todas as empresas mencionam o ODS 12 o que pode ser devido ao facto deste setor estar associado a elevados níveis de poluição e a alguns aos desastres ambientais.

Conclui-se que as empresas se esforçam por transmitir o seu empenho em contribuir para a implementação dos ODS, uma vez que planearam metas e as ações para determinados ODS, a fim de os atingirem o mais breve possível.

Síntese Do Capítulo:

Após o Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, as empresas elaboraram os seus relatórios de sustentabilidade com o objetivo de divulgarem informações sobre a área ambiental e social. Ao passar dos anos, a informação divulgada tem vindo a crescer.

Existe ligação entre os indicadores divulgados pelas empresas com os ODS. As empresas divulgaram, nos seus relatórios de sustentabilidade, metas e ações para determinados ODS com o objetivo de cumprirem num curto espaço de tempo.

Conclusão

Conclusão

As necessidades dos *stakeholders* alteram-se, ao longo dos anos, com a evolução da globalização da economia, das tecnologias da informação e comunicação e com a crescente consciência ambiental da sociedade. Estas alterações repercutiram-se na esfera empresarial devido ao papel fundamental que as empresas têm o alcance de um modelo de desenvolvimento sustentável. Neste contexto, o relato financeiro tradicional deixou de responder às necessidades de informação dos vários *stakeholders* das empresas, na medida em que estes, procuram, cada vez mais, obter informações sobre o desempenho organizacional em termos ambientais e sociais. Assim, em 2010 foi criado um relatório que engloba informações económicas, ambientais e sociais, designado de Relatório Integrado. Este relatório tem como objetivo divulgar como a empresa atua e cria valor e como integra as questões ambientais e sociais na sua atuação.

Mais recentemente, em 2015, a ONU estabeleceu os ODS com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população mundial até 2030. São dezassete objetivos relacionados com a saúde, educação, fome, aquecimento global, igualdade do género, água, energia, saneamento, urbanização, meio ambiente e justiça social.

Em 2017, com base na Diretiva 2014/95/EU, Portugal elaborou o Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, que impõe que certas empresas divulguem informação não financeira de acordo com as regras comunitárias, a partir do dia 1 de janeiro de 2017. Neste contexto, foi desenvolvido um estudo empírico com o objetivo de analisar o cumprimento do Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho, e das orientações não vinculativas da COM 2017/C 215/1, de 5 de julho, nas empresas da indústria de papel, como a sua contribuição para a implementação dos ODS.

A amostra do estudo empírico são as empresas cotadas Altri, Inapa e The Navigator Company, tendo sido analisados os e os Relatórios de Sustentabilidade, entre 2017 e 2019.

Para analisar a divulgação da informação não financeira, elaborou-se um índice que contém 100 subindicadores, divididos por 30 indicadores de sete categorias. Este índice foi elaborado com base nas diretrizes da GRI. De seguida, foram analisados os indicadores ambientais que as empresas divulgaram nos seus relatórios de sustentabilidade. E, por fim, elaborou-se uma tabela para cada empresa com os indicadores estudados, relacionando-os com os dezassete ODS.

Os resultados obtidos demonstram que houve uma evolução, de ano para ano, na divulgação da informação não financeira por parte das empresas em estudo, o que evidencia o seu empenho em divulgar mais informações sobre o seu desempenho social e ambiental. As empresas tendem a divulgar mais informação sobre as categorias: Organização, Indicadores Ambientais e Laborais. Contudo, é de realçar que em todos os relatórios existe mais informação de aspetos positivos da empresa do que negativos. Em relação aos ODS, as empresas divulgam, nos seus relatórios, metas e ações para a implementação de determinados ODS, mostrando o seu empenho em concretizar as suas metas o mais breve possível.

Esta investigação contribui para aumentar o conhecimento sobre como as empresas do setor de papel estão a implementar o Decreto-Lei n.º 89/2017, 28 de julho e como conciliam o relato da sustentabilidade com o relato sobre os ODS.

A primeira limitação deste estudo está relacionada com a amostra. Só se conseguiu obter os relatórios de sustentabilidade de empresas cotadas no setor do papel. Se a amostra fosse composta por empresas cotadas e não cotadas os resultados poderiam ser diferentes. Outra limitação está relacionada com o período temporal da investigação. Optou-se por estudar os relatórios, entre 2017 e 2019, porque 2017 foi o primeiro ano de aplicação do Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho. Quando se começou a elaborar esta dissertação, no ano de 2020, os relatórios disponíveis das empresas eram referentes ao ano de 2019.

Em relação às pistas para investigações futuras, sugere-se alargar o período temporal para abarcar o período pós-covid, a fim de perceber se a situação que o mundo viveu nessa fase teve impacto na informação não financeira. Outra sugestão consiste em fazer uma investigação que compare empresas portuguesas com empresas de outros países, com o objetivo de analisar e explicar diferenças ao nível do relato não financeiro das empresas da indústria do papel.

Referências Bibliográfica

Bibliografia

- Abeysekera, I. (2013). A template for integrated reporting. *Journal of Intellectual Capital* 14 (2), 227-245.
- Alberto, F., & Guerreiro, M. (2018). A divulgação da informação não financeira pelas empresas portuguesas da indústria de papel - análise à luz da Comunicação da Comissão 2017/C215/01. *Revista AECA* 123, 42-45.
- Barbosa, F. (2019). *Divulgação de informação ambiental nas empresas cotadas portuguesas: evolução e fatores determinantes*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças, Instituto Politécnico do Porto.
- Bardin, L. (1979). Em *Análise de Conteúdo*. Edições 70.
- Bonsón, E., & Bednárová, M. (2015). CSR reporting practices of Eurozone companies. *Revista de Contabilidad - Spanish Accounting Review* 18 (2), 182-193.
- Bose, S., & Khan, H. Z. (2022). Sustainable development goals (SDGs) reporting and the role of country-level institutional factors: An international evidence. *Journal of Cleaner Production*, 335, 1-13.
- Brown, H. S., Jong, M., & Levy, D. L. (2009). Building institutions based on information disclosure: Lessons from GRI's sustainability reporting. *Journal of Cleaner Production*, 17 (6), 571-580.
- Carroll, A. (1991). The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. *Business horizons*, 34(4), 39-48.
- Deegan, C. (2002). Introduction: the legitimising effect of social and environmental disclosures - a theoretical foundation. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 15 (3), 282-311.
- Deegan, C., & Unerman, J. (2006). *Financial Accounting Theory - European Edition*. Hampshire: McGraw-Hill Education, 272 -274.
- Deegan, C. (2017). Twenty-five years of social and environmental accounting research within Critical Perspectives of Accounting: Hits, misses and ways forward. *Critical Perspectives on Accounting*, 43, 65-87
- Dowling, J. & J. Pfeffer (1975), 'Organisational legitimacy: social values and organisational behaviour', *Pacific Sociological Review*, 18(1), 122–136.
- Erin, O. A., & Bamigboye, O. A. (2021). Evaluation and analysis of SDG reporting: evidence from Africa. *Journal of Accounting & Organizational Change*.
- Faria, M., S. (2017). Tipos de divulgação da informação financeira e não financeira de responsabilidade social e empresarial. *Cadernos EBAPE.BR* 15, 534-558.
- Gray, R. (2002). The social accounting project and Accounting Organizations and Society. Privileging engagement, imaginings, new accountings, and pragmatism over critique? *Accounting, Organizations and Society*, 27, 687-708.
- Hatayama, H. (2022). The metals industry and the Sustainable Development Goals: The relationship explored based on SDG reporting. *Resources, Conservation and Recycling* 178, 1-8
- Hummel, K., & Szekely, M. (2021). Disclosure on the Sustainable Development Goals – Evidence from Europe. Em *Accounting in Europe* 18, 1-38

- Ike, M., Donovan, J.D., Topple, C. & Masli, E. K. (2019). The process of selecting and prioritizing corporate sustainability issues: Insights for achieving the Sustainable Development Goals. *Journal of Cleaner Production*, 236, 1-13
- Izzo, M., Strologo, A., & Granà, F. (2020). Learning from the Best: New Challenges and Trends in IR Reporters' Disclosure and the Role of SDGs. *Journal Sustainability* 12, 1-22.
- Logsdon, J. M., & Yuthas, K. (1997). Corporate Social Performance, Stakeholder Orientation and Organizational Moral Development. *Journal of Business Ethics* 16, 1213-1226.
- Lopes, I. (2015). *Divulgação de Informação Voluntária: Análise Empírica às Empresas do PSI-20*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Análise Financeira, Instituto Politécnico de Lisboa.
- Lopes, S. & Eugénio, T. (2018). *Relato não financeiro no setor das águas minerais naturais: Relação ODS e métricas. Ética e Responsabilidade Social*, XXVIII Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica – Interioridade e Competitividade: Desafios Globais da Gestão, 7 a 10 de fevereiro, 2018, Guarda.
- Major, M. J., & Vieira, R. (2008). Investigação Qualitativa em Contabilidade. Em *Contabilidade e Controlo de Gestão: Teoria, Metodologia e Prática*, 148-149. Lisboa: Escolar Editora.
- Moneva, J., Archel, P., & Correa, C. (2006), GRI and the camouflaging of corporate unsustainability. *Accounting Forum*, 30,121-137.
- Monteiro, S., Ribeiro, V., & Lemos, K. (2020) Linking Corporate Social Responsibility Reporting with the UN Sustainable Development Goals: Evidence From the Portuguese Stock Market. *Conceptual and Theoretical Approaches to Corporate Social Responsibility, Entrepreneurial Orientation, and Financial Performance*, 134-151
- Neves, N. (2011). *Evolução da divulgação da informação nos relatórios de gestão, 1973-2003*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais, Universidade Técnica de Lisboa.
- Owen, G. (2013). Integrated Reporting: A Review of Developments and their Implications for the Accounting Curriculum. *Accounting Education*, 22(4),340-356.
- Roma, P. (2016). *Relatórios de Sustentabilidade - Comparação de Divulgação 2008 vs. 2013*. Dissertação de Mestrado em Contabilidade, Instituto Politécnico de Lisboa.
- Rosati, F., & Faria, L. (2019). Addressing the SDGs in sustainability reports: The relationship with institutional factors. *Journal of Cleaner Production*, 215, 1312-1326.
- Rossi, F. M. (2017). *From sustainability reporting to integrated reporting: the public sector experience*. University of Salerno.
- Salvia, A. L., Filho, W. L., Brandli, L. L., & Griebeler, J. S. (2019). Assessing research trends related to Sustainable Development Goals: local and global issues. *Journal of Cleaner Production*, 208, 841-849.
- Sanz, C. & González, J. (2010). Las memorias de sostenibilidad y su divulgación. *Contaduría Universidad de Antioquia*, 57, 107-118.
- Suchman, M. C. (1995). Managing Legitimacy: Strategic and institutional approaches. *The Academy of Management Review*, [S.I.], 20, Nº. 3, 571-610.

Wathews, D., & Schwartz, B. N. (1997). Environmental disclosures and public policy pressure. *Journal of Accounting and Public Policy* 16, 125-154.

Wynn, M. & Jones, P. (2021). Industry approaches to the Sustainable Development Goals. *International Journal of Environmental Studies* 79, 134-148

Legislação

CE, Comissão Europeia (1987). Acto Único Europeu., *Jornal Oficial das Comunidades Europeias, L 169/1*

CE, Comissão Europeia (1991). Tratado da União Europeia., *Jornal Oficial das Comunidades Europeias, C 191/1*

CE, Comissão Europeia (2001). Comunicação da Comissão. Desenvolvimento sustentável na Europa para um mundo melhor: Estratégia da União Europeia em favor do desenvolvimento sustentável. *COM (2001) 264 final*.

CE, Comissão Europeia (2001). Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas. *COM (2001) 366 final*.

CE, Comissão Europeia (2017). Comunicação da Comissão. Orientações sobre a comunicação de informações não financeiras (metodologia a seguir para a comunicação de informações não financeiras). *COM 2017/C 215/01*.

Decreto-Lei nº 89/2017, de 28 de julho. *Diário da República* nº 145/2017, Série I.

Diretiva 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014.

Lei Constitucional nº 1/97, 20 de setembro. *Diário da República* nº 218/1997, Série I-A.

Sites

Agenda 2030 (2020). *Plataforma Agenda 2030*. – Disponível em <http://www.agenda2030.org.br/>, acessado a 12 de dezembro de 2020.

Antunes, Rui. (2019). O papel faz bem ou mal ao ambiente? *Revista Visão* – Disponível em <https://visao.sapo.pt/atualidade/2019-06-29-o-papel-faz-bem-ou-mal-ao-ambiente/>, acessado a 25 de outubro de 2021.

APA (2020). *Agenda 21 Local*. – Disponível em <https://apambiente.pt/index.php?ref=17&subref=120&sub2ref=163>, acessado a 5 de dezembro de 2020.

Archer (2020). *Comentário à nova lei de bases do ambiente (Lei nº19/2014, de 14 de abril)*. Disponível em <https://www.archereassociados.pt/noticias/26-comentario-a-nova-lei-de-bases-do-ambiente>, acessado a 5 de dezembro de 2020.

CNADS (2020) *Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável*. – Disponível em https://www.cnads.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=54, acessado a 5 de dezembro 2020.

CNC (2002) *Comissão de Normalização Contabilística – Diretriz Contabilística nº 29 Matérias Ambientais* – Disponível em http://www.cnc.min-financas.pt/_siteantigo/Diretrizes/Dir29_ma_materias_ambientais.pdf, acessado a 28 de julho 2022.

- CE, Comissão Europeia (2022). *Comunicações da Comissão Europeia* – Disponível em <https://eur-lex.europa.eu/homepage.html>, acessado em 20 de abril 2022
- Duarte, M. & Rodrigues J. (2011). *Relato da Responsabilidade Social, Ambiente e Competitividade: Enquadramento Teórico*. - Disponível em <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/2226>, acessado a 30 de novembro 2020.
- ENDS (2015). *Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável*. - Disponível em https://www.ccdr-a.gov.pt/docs/desenv_regional/2014-2020/ENDS2015_Partel, acessado a 5 de dezembro de 2020.
- Florestal Brasil (2019). *Deixar de usar papel vai salvar as florestas do desmatamento?* - Disponível em <https://florestalbrasil.com/2019/08/de-onde-vem-o-papel-que-usamos.html>, acessado a 25 de outubro de 2021.
- Fundação Instituto de Administração (2020). *Responsabilidade Social: o que é, importância e exemplos* – Disponível em <https://fia.com.br/blog/responsabilidade-social/>, acessado a 5 de dezembro de 2020.
- Global Compact (2020). *Un Global Compact*. – Disponível em <https://globalcompact.pt/about/un-global-compact/>, acessado a 12 de dezembro 2020.
- Fakuda-Parr, S. (2016), “*From Millennium Development Goals to the Sustainable Development Goals: shifts in purpose, concept and politics of global goal setting for development*”, *Gender & Development*, volume 24 (online) - Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13552074.2016.1145895> acessado a 25 de outubro 2021.
- GEVA, A. (2008). *Centro de Ética Empresarial do Bentley Colle*. USA: Blackwell Publish. Obtido de <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-8594.2008.00311.x>
- GRI (2020). *Nossa missão e história*. Disponível em <https://www.globalreporting.org/about-gri/mision-history/>, acessado a 25 de novembro de 2020.
- GRI (2021). *Integrando ODS em relatórios de sustentabilidade*. Disponível em <https://www.global-reporting.org/public-policy-partnerships/sustainable-development/integrating-sdgs-into-sustainability-reporting/>, acessado a 25 de outubro de 2021.
- Godoy (2011). *Produção do Papel e seus Impactos Ambientais*. – Disponível em <https://pt.sli-deshare.net/Maridezonne/produo-do-papel-e-seus-impactos-ambientais>, acessado a 26 de outubro 2021.
- IIRC (2014). *A Estrutura Internacional para o Relato Integrado*. Disponível em <https://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2015/03/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-Portugese-final-1.pdf>, acessado a 8 de dezembro 2020.
- KPMG (2011). *KPMG International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2011*. KPMG International Global Sustainability Services, Amsterdam. Disponível em <https://assets.kpmg/content/dam/kpmg/pdf/2012/02/Corporate-responsibility-reporting-2012-eng.pdf>, acessado a 25 de novembro de 2020.

- Ministério Público Português (2000). *Declaração do Milénio das Nações Unidas*. Disponível em https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/declaracao_do_milenio_das_nacoes_unidas.pdf, acessado a 5 de dezembro de 2020.
- OECD (1960). *Convenção sobre a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico*. Disponível em <http://www.oecd.org/general/conventionontheorganisationforeconomicco-operationanddevelopment.htm>, acessado a 30 de novembro de 2020.
- OECD (2011). *Atualização de 2011 das Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais*. - Disponível em <http://www.oecd.org/daf/inv/mne/oecdguidelinesformultinationallenterprises.htm>, acessado a 30 de novembro de 2020
- ONU (1987). *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. - Disponível em <https://www.are.admin.ch/are/en/home/media/publications/sustainable-development/brundtland-report.html>, acessado a 1 de setembro 2021
- Parlamento Português (2020). *Revisões Constitucionais*. - Disponível em <https://www.parlamento.pt/RevisoesConstitucionais/Paginas/default.aspx>, acessado a 5 de dezembro 2020.
- Project Builder (2020). *Conheça a Teoria dos Stakeholders* – Disponível em <https://www.projectbuilder.com.br/blog/conheca-teoria-dos-stakeholders/>, acessado a 5 de outubro 2020
- PWC (2017). *Os desafios das empresas portuguesas na priorização dos ODS e no relato não financeiro 2017* – Disponível em <https://www.pwc.pt/pt/sustentabilidade/ods/pwc-report-ods.pdf>, acessado a 26 de outubro 2021.
- SGS (2018). *Transição da G4 para a GRI Standards – Compreenda a norma Global*. – Disponível em <http://sgssustentabilidade.com.br/transição-da-g4-para-a-gri-standards/>, acessado a 4 de setembro 2021
- UE (2020). *A história da União Europeia*. - Disponível em https://europa.eu/european-union/about-eu/history_pt, acessado a 30 de novembro de 2020.
- Unric (2015). *17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável entram em vigor a 1 de janeiro*. - Disponível em <https://unric.org/pt/17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-entram-em-vigor-a-1-de-janeiro/>, acessado a 12 de dezembro de 2020.
- Unric (2020a). *História da ONU*. – Disponível em <https://unric.org/pt/historia-da-onu/>, acessado a 12 de dezembro de 2020.
- Unric (2020b). *Objetivo de Desenvolvimento do Milénio (ODM)*. – Disponível em <https://archive.unric.org/pt/objectivos-de-desenvolvimento-do-milenio-actualidade>, acessado a 12 de dezembro de 2020.

Apêndices

Apêndice I - Classificação Completa Da Altri

Métricas / Indicadores	Empresa			
	Altri			
	2017	2018	2019	
Organização		21	25	27
1. Perfil Organizacional	Sub Total	10	13	13
	Total	15	15	15
1.1 Nome da Organização		1	1	1
1.2 Principais marcas, produtos e/ou serviços		1	1	1
1.3 Localização da sede da Organização		1	1	1
1.4 Localização das operações		1	1	1
1.5 Tipo e natureza jurídica da empresa		0	1	1
1.6 Mercados abrangidos		1	1	1
1.7 Dimensão da Organização		0	1	1
1.8 Informação dos empregados e outros trabalhadores		1	1	1
1.9 Cadeia de fornecimento		1	1	1
1.10 Alterações significativas para a empresa ou na sua cadeia de fornecimento		0	0	0
1.11 Abordagem ao princípio de precaução		0	0	0
1.12 Iniciativas externas		1	1	1
1.13 Participação com ou em associações/organizações		1	1	1
1.14 Impactos, riscos e oportunidades chave		0	1	1
1.15 Valores, princípios, standards e código de conduta da organização		1	1	1
2. Perfil do Relatório	Sub Total	4	4	5
	Total	5	5	5
2.1 Período do Relatório		1	1	1
2.2 Data do relatório mais recente		1	1	1
2.3 Ciclo de emissão de relatórios		1	1	1
2.4 Contactos para questões sobre o relatório ou os seus conteúdos		1	1	1
2.5 Auditoria Externa		0	0	1
3. Governança	Sub Total	5	5	6
	Total	12	12	12
3.1 Informação sobre a o Conselho de Administração		1	1	1
3.2 Grau de responsabilização da administração para os tópicos Ambientais, Económicos e Sociais		1	1	1
3.3 Presidente do Conselho de Administração		1	1	1
3.4 Seleção e nomeação do Presidente do Conselho de Administração		0	0	1
3.5 Conflitos de interesse		0	0	0
3.6 Papel do Presidente do Conselho de Administração em estabelecer objetivos, valores e estratégias		0	0	0
3.7 Identificar e gerir os impactos ambientais, económicos e sociais		0	0	0
3.8 Eficácia dos processos de gestão de risco		0	0	0
3.9 Revisão dos tópicos ambientais, económicos e sociais		0	0	0
3.10 Papel do Presidente do Conselho de Administração no relatório de sustentabilidade		1	1	1
3.11 Reporte dos principais problemas		1	1	1
3.12 Natureza e número dos principais problemas		0	0	0
4. Envolvimento com Stakeholders	Sub Total	2	3	3
	Total	4	4	4
4.1 Lista dos grupos de <i>stakeholders</i>		1	1	1
4.2 Identificação e seleção dos <i>stakeholders</i>		0	1	1
4.3 Abordagem aos envolvimento dos <i>stakeholders</i>		1	1	1
4.4 Principais temas e preocupações levantadas		0	0	0
Indicadores Económicos		0	1	2
1. Desempenho Economico	Sub Total	0	0	1
	Total	4	4	4
1.1 Valor económico direto gerado e distribuído		0	0	1
1.2 Implicações financeiras, riscos e oportunidades devido às alterações climáticas		0	0	0
1.3 Planos obrigatórios de benefícios definidos e planos de reforma		0	0	0
1.4 Recebimento de ajuda financeira proveniente governo		0	0	0
2. Presença no Mercado	Sub Total	0	1	1
	Total	3	3	3

2.1 Variação entre o nível do salário mais baixo com o salário mínimo praticado no local		0	0	0
2.2 Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais		0	1	1
2.3 Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência		0	0	0
Indicadores Ambientais		14	17	19
1. Matérias	Sub Total	2	2	2
	Total	2	2	2
1.1 Matérias usadas		1	1	1
1.2 Percentagem das matérias renováveis		1	1	1
2. Energia	Sub Total	3	4	4
	Total	5	5	5
2.1 Energia consumida na Organização		1	1	1
2.2 Energia consumida fora da Organização		0	0	0
2.3 Intensidade Energética		0	1	1
2.4 Redução do consumo de energia		1	1	1
2.5 Redução das necessidades energéticas dos produtos e serviços		1	1	1
3. Água	Sub Total	1	1	1
	Total	2	2	2
3.1 Captação da água por fonte		1	1	1
3.2 Água reciclada e reutilizada		0	0	0
4. Biodiversidade	Sub Total	3	2	3
	Total	4	4	4
4.1 Locais das operações (alugados ou propriedade da empresa) que desempenham atividades dentro ou em zonas adjacentes a áreas protegidas ou áreas com elevado valor de biodiversidade fora de áreas protegidas		1	1	1
4.2 Impactos significativos dos produtos e serviços na biodiversidade		0	0	0
4.3 Habitats protegidos ou restaurados		1	1	1
4.4 Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade		1	0	1
5. Emissões, efluentes e resíduos	Sub Total	5	7	8
	Total	9	9	9
5.1. Total de emissões diretas de gases de efeito estufa		1	1	1
5.2 Total de emissões indiretas de gases de efeito estufa		1	1	1
5.3 Outras emissões de gases de efeito de estufa		0	1	1
5.4 Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.		0	0	1
5.5 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono		0	1	1
5.6 Óxidos de nitrogénio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas		1	1	1
5.7 Descarga da água por quantidade e destino		1	1	1
5.8 Resíduos por tipo e por destino		1	1	1
5.9 Número e volume total de derramamentos significativos		0	0	0
6. Conformidade	Sub Total	0	1	1
	Total	1	1	1
6.1 Incumprimento das leis e regulamentos ambientais		0	1	1
7. Transporte	Sub Total	0	0	0
	Total	1	1	1
7.1 Impactos ambientais significativos do transporte de produtos, outros bens e trabalhadores		0	0	0
8. Geral	Sub Total	0	0	0
	Total	1	1	1
8.1 Total de investimentos e gastos em proteção ambiental		0	0	0
Indicadores Laborais		5	6	8
1. Emprego	Sub Total	2	2	2
	Total	3	3	3
1.1 Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho, género		1	1	1
1.2 Número de trabalhadores contratados e taxa de rotatividade		1	1	1
1.3 Idade médias dos trabalhadores		0	0	0
2. Saúde e Segurança no Trabalho	Sub Total	1	1	2
	Total	3	3	3
2.1 Percentagem de trabalhadores em comissões formais de segurança e saúde		0	0	1
2.2 Número ou percentagem de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho		1	1	1
2.3 Temas de segurança e saúde abrangidos por acordos formais com sindicatos		0	0	0

3. Educação e Formação	Sub Total	2	2	2
	Total	3	3	3
3.1 Horas médias de formação por trabalhador		1	1	1
3.2 Programas de melhoria das competências dos trabalhadores		1	1	1
3.3 Percentagem de trabalhadores que recebem regularmente análise de desempenho e de desenvolvimento na carreira		0	0	0
4. Diversidade e Igualdade de Oportunidades	Sub Total	0	1	2
	Total	2	2	2
4.1 Diversidade dos órgãos sociais e trabalhadores		0	1	1
4.2 Rácio da remuneração base entre homens e mulheres, por categoria profissional		0	0	1
Indicadores de Direitos Humanos		0	0	1
1. Práticas de Investimento e de Processos de Compra	Sub Total	0	0	0
	Total	3	3	3
1.1 Percentagem e número total de contratos de investimento que incluam cláusulas referentes a direitos humanos		0	0	0
1.2 Percentagem de fornecedores contratados que foram avaliados em relação a direitos humanos		0	0	0
1.3 Total de horas em formação de políticas e procedimentos referentes a direitos humanos		0	0	0
2. Não-discriminação	Sub Total	0	0	1
	Total	1	1	1
2.1 Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas		0	0	1
3. Práticas de Segurança	Sub Total	0	0	0
	Total	1	1	1
3.1 Percentagem de pessoal de segurança em formação de políticas e procedimentos referentes a direitos humanos		0	0	0
4. Diversidade e Igualdade de Oportunidades	Sub Total	0	0	0
	Total	2	2	2
4.1 Diversidade dos órgãos sociais e trabalhadores		0	0	0
4.2 Rácio da remuneração base entre homens e mulheres, por categoria profissional		0	0	0
Indicadores Sociais		2	2	2
1. Comunidade	Sub Total	1	1	1
	Total	1	1	1
1.1 Operações com o envolvimento da comunidade local, avaliação dos impactos e programas de desenvolvimento		1	1	1
2. Corrupção	Sub Total	1	1	1
	Total	3	3	3
2.1 Percentagem e número total de unidade de negócio relacionadas com a corrupção		0	0	0
2.2 Percentagem de funcionários com formação nas políticas e procedimentos anticorrupção		0	0	0
2.3 Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção		1	1	1
3. Concorrência desleal	Sub Total	0	0	0
	Total	1	1	1
3.1 Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de monopólio e seus resultados		0	0	0
4. Conformidade	Sub Total	0	0	0
	Total	1	1	1
4.1 Valor monetário de multas e número de sanções não monetárias resultante de não-conformidade com leis e regulamentos		0	0	0
Indicadores de Responsabilidade de Produto		1	1	1
1. Saúde e Segurança do Cliente	Sub Total	0	0	0
	Total	2	2	2
1.1 Avaliação a impactos de saúde e segurança relativos a produtos e serviços		0	0	0
1.2 Incidentes de não conformidade relativamente a impactos de saúde e segurança dos produtos e serviços		0	0	0
2. Rotulagem de Produtos e Serviços	Sub Total	1	1	1
	Total	3	3	3
2.1 Informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem		1	1	1
2.2 Incidentes de não conformidade relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços		0	0	0
2.3 Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação		0	0	0
3. Comunicações de Marketing	Sub Total	0	0	0
	Total	1	1	1

3.1 Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio		0	0	0
4. Conformidade	Sub Total	0	0	0
	Total	2	2	2
4.1 Número de reclamações relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes		0	0	0
4.2 Valor de multas por não conformidade com as leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços		0	0	0
Total da Classificação Completa (pontos)		43	52	60

Apêndice I – Classificação Completa da Altri

Fonte: Elaboração própria

Apêndice II - Classificação Completa Da Inapa

Métricas / Indicadores	Empresa			
	Inapa			
	2017	2018	2019	
Organização	27	27	27	
1. Perfil Organizacional	Sub Total	13	13	13
	Total	15	15	15
1.1 Nome da Organização		1	1	1
1.2 Principais marcas, produtos e/ou serviços		1	1	1
1.3 Localização da sede da Organização		1	1	1
1.4 Localização das operações		1	1	1
1.5 Tipo e natureza jurídica da empresa		1	1	1
1.6 Mercados abrangidos		1	1	1
1.7 Dimensão da Organização		1	1	1
1.8 Informação dos empregados e outros trabalhadores		1	1	1
1.9 Cadeia de fornecimento		1	1	1
1.10 Alterações significativas para a empresa ou na sua cadeia de fornecimento		1	1	1
1.11 Abordagem ao princípio de precaução		1	1	1
1.12 Iniciativas externas		0	0	0
1.13 Participação com ou em associações/organizações		1	1	1
1.14 Impactos, riscos e oportunidades chave		0	0	0
1.15 Valores, princípios, standards e código de conduta da organização		1	1	1
2. Perfil do Relatório	Sub Total	4	4	4
	Total	5	5	5
2.1 Período do Relatório		1	1	1
2.2 Data do relatório mais recente		1	1	1
2.3 Ciclo de emissão de relatórios		1	1	1
2.4 Contactos para questões sobre o relatório ou os seus conteúdos		1	1	1
2.5 Auditoria Externa		0	0	0
3. Governança	Sub Total	6	6	6
	Total	12	12	12
3.1 Informação sobre a o Conselho de Administração		1	1	1
3.2 Grau de responsabilização da administração para os tópicos Ambientais, Económicos e Sociais		1	1	1
3.3 Presidente do Conselho de Administração		1	1	1
3.4 Seleção e nomeação do Presidente do Conselho de Administração		0	0	0
3.5 Conflitos de interesse		0	0	0
3.6 Papel do Presidente do Conselho de Administração em estabelecer objetivos, valores e estratégias		1	1	1
3.7 Identificar e gerir os impactos ambientais, económicos e sociais		1	1	1
3.8 Eficácia dos processos de gestão de risco		0	0	0
3.9 Revisão dos tópicos ambientais, económicos e sociais		0	0	0
3.10 Papel do Presidente do Conselho de Administração no relatório de sustentabilidade		1	1	1
3.11 Reporte dos principais problemas		0	0	0
3.12 Natureza e número dos principais problemas		0	0	0
4. Envolvimento com Stakeholders	Sub Total	4	4	4
	Total	4	4	4
4.1 Lista dos grupos de stakeholders		1	1	1
4.2 Identificação e seleção dos stakeholders		1	1	1
4.3 Abordagem aos envolvimento dos stakeholders		1	1	1

4.4 Principais temas e preocupações levantadas		1	1	1
Indicadores Económicos		0	0	0
1. Desempenho Economico	Sub Total	0	0	0
	Total	4	4	4
1.1 Valor económico direto gerado e distribuído		0	0	0
1.2 Implicações financeiras, riscos e oportunidades devido às alterações climáticas		0	0	0
1.3 Planos obrigatórios de benefícios definidos e planos de reforma		0	0	0
1.4 Recebimento de ajuda financeira proveniente governo		0	0	0
2. Presença no Mercado	Sub Total	0	0	0
	Total	3	3	3
2.1 Variação entre o nível do salário mais baixo com o salário mínimo praticado no local		0	0	0
2.2 Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais		0	0	0
2.3 Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência		0	0	0
Indicadores Ambientais		16	15	15
1. Matérias	Sub Total	2	2	2
	Total	2	2	2
1.1 Matérias usadas		1	1	1
1.2 Percentagem das matérias renováveis		1	1	1
2. Energia	Sub Total	4	4	4
	Total	5	5	5
2.1 Energia consumida na Organização		1	1	1
2.2 Energia consumida fora da Organização		1	1	1
2.3 Intensidade Energética		0	0	0
2.4 Redução do consumo de energia		1	1	1
2.5 Redução das necessidades energéticas dos produtos e serviços		1	1	1
3. Água	Sub Total	1	1	1
	Total	2	2	2
3.1 Captação da água por fonte		1	1	1
3.2 Água reciclada e reutilizada		0	0	0
4. Biodiversidade	Sub Total	3	3	3
	Total	4	4	4
4.1 Locais das operações (alugados ou propriedade da empresa) que desempenham atividades dentro ou em zonas adjacentes a áreas protegidas ou áreas com elevado valor de biodiversidade fora de áreas protegidas		1	1	1
4.2 Impactos significativos dos produtos e serviços na biodiversidade		1	1	1
4.3 Habitats protegidos ou restaurados		1	1	1
4.4 Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade		0	0	0
5. Emissões, efluentes e resíduos	Sub Total	5	4	4
	Total	9	9	9
5.1. Total de emissões diretas de gases de efeito estufa		1	1	1
5.2 Total de emissões indiretas de gases de efeito estufa		1	1	1
5.3 Outras emissões de gases de efeito de estufa		1	0	0
5.4 Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.		0	0	0
5.5 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono		1	1	1
5.6 Óxidos de nitrogénio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas		0	0	0
5.7 Descarga da água por quantidade e destino		0	0	0
5.8 Resíduos por tipo e por destino		1	1	1
5.9 Número e volume total de derramamentos significativos		0	0	0
6. Conformidade	Sub Total	1	1	1
	Total	1	1	1
6.1 Incumprimento das leis e regulamentos ambientais		1	1	1
7. Transporte	Sub Total	0	0	0
	Total	1	1	1
7.1 Impactos ambientais significativos do transporte de produtos, outros bens e trabalhadores		0	0	0
8. Geral	Sub Total	0	0	0
	Total	1	1	1
8.1 Total de investimentos e gastos em proteção ambiental		0	0	0
Indicadores Laborais		7	7	7
1. Emprego	Sub Total	2	2	2
	Total	3	3	3
1.1 Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho, género		1	1	1

1.2 Número de trabalhadores contratados e taxa de rotatividade		1	1	1
1.3 Idade médias dos trabalhadores		0	0	0
2. Saúde e Segurança no Trabalho	Sub Total	2	2	2
	Total	3	3	3
2.1 Percentagem de trabalhadores em comissões formais de segurança e saúde		1	1	1
2.2 Número ou percentagem de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho		1	1	1
2.3 Temas de segurança e saúde abrangidos por acordos formais com sindicatos.		0	0	0
3. Educação e Formação	Sub Total	2	2	1
	Total	3	3	3
3.1 Horas médias de formação por trabalhador		1	1	1
3.2 Programas de melhoria das competências dos trabalhadores		0	0	0
3.3 Percentagem de trabalhadores que recebem regularmente análise de desempenho e de desenvolvimento na carreira		1	1	0
4. Diversidade e Igualdade de Oportunidades	Sub Total	1	1	2
	Total	2	2	2
4.1 Diversidade dos órgãos sociais e trabalhadores		1	1	1
4.2 Rácio da remuneração base entre homens e mulheres, por categoria profissional.		0	0	1
Indicadores de Direitos Humanos		0	4	4
1. Práticas de Investimento e de Processos de Compra	Sub Total	0	2	2
	Total	3	3	3
1.1 Percentagem e número total de contratos de investimento que incluam cláusulas referentes a direitos humanos		0	1	1
1.2 Percentagem de fornecedores contratados que foram avaliados em relação a direitos humanos		0	0	0
1.3 Total de horas em formação de políticas e procedimentos referentes a direitos humanos		0	1	1
2. Não-discriminação	Sub Total	0	1	1
	Total	1	1	1
2.1 Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas		0	1	1
3. Práticas de Segurança	Sub Total	0	1	1
	Total	1	1	1
3.1 Percentagem de pessoal de segurança em formação de políticas e procedimentos referentes a direitos humanos		0	1	1
4. Diversidade e Igualdade de Oportunidades	Sub Total	0	0	0
	Total	2	2	2
4.1 Diversidade dos órgãos sociais e trabalhadores		0	0	0
4.2 Rácio da remuneração base entre homens e mulheres, por categoria profissional.		0	0	0
Indicadores Sociais		1	1	1
1. Comunidade	Sub Total	1	1	1
	Total	1	1	1
1.1 Operações com o envolvimento da comunidade local, avaliação dos impactos e programas de desenvolvimento		1	1	1
2. Corrupção	Sub Total	0	0	0
	Total	3	3	3
2.1 Percentagem e número total de unidade de negócio relacionadas com a corrupção		0	0	0
2.2 Percentagem de funcionários com formação nas políticas e procedimentos anticorrupção		0	0	0
2.3 Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção		0	0	0
3. Concorrência desleal	Sub Total	0	0	0
	Total	1	1	1
3.1 Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de monopólio e seus resultados		0	0	0
4. Conformidade	Sub Total	0	0	0
	Total	1	1	1
4.1 Valor monetário de multas e número de sanções não monetárias resultante de não-conformidade com leis e regulamentos		0	0	0
Indicadores de Responsabilidade de Produto		7	7	7
1. Saúde e Segurança do Cliente	Sub Total	2	2	2
	Total	2	2	2
1.1 Avaliação a impactos de saúde e segurança relativos a produtos e serviços		1	1	1
1.2 Incidentes de não conformidade relativamente a impactos de saúde e segurança dos produtos e serviços		1	1	1
2. Rotulagem de Produtos e Serviços	Sub Total	2	2	2

	Total	3	3	3
2.1 Informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem		1	1	1
2.2 Incidentes de não conformidade relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços		1	1	1
2.3 Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.		0	0	0
3. Comunicações de Marketing	Sub Total	1	1	1
	Total	1	1	1
3.1 Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.		1	1	1
4. Conformidade	Sub Total	2	2	2
	Total	2	2	2
4.1 Número de reclamações relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes		1	1	1
4.2 Valor de multas por não conformidade com as leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços		1	1	1
Total da Classificação Completa (pontos)		58	61	61

Apêndice II – Classificação Completa da Inapa

Fonte: Elaboração própria

Apêndice III - Classificação Completa Da The Navigator Company

Métricas / Indicadores	Empresa			
	The Navigator Company			
	2017	2018	2019	
Organização	28	28	28	
1. Perfil Organizacional	Sub Total	14	14	14
	Total	15	15	15
1.1 Nome da Organização		1	1	1
1.2 Principais marcas, produtos e/ou serviços		1	1	1
1.3 Localização da sede da Organização		1	1	1
1.4 Localização das operações		1	1	1
1.5 Tipo e natureza jurídica da empresa		1	1	1
1.6 Mercados abrangidos		1	1	1
1.7 Dimensão da Organização		1	1	1
1.8 Informação dos empregados e outros trabalhadores		1	1	1
1.9 Cadeia de fornecimento		1	1	1
1.10 Alterações significativas para a empresa ou na sua cadeia de fornecimento		1	1	1
1.11 Abordagem ao princípio de precaução		0	0	0
1.12 Iniciativas externas		1	1	1
1.13 Participação com ou em associações/organizações		1	1	1
1.14 Impactos, riscos e oportunidades chave		1	1	1
1.15 Valores, princípios, standards e código de conduta da organização		1	1	1
2. Perfil do Relatório	Sub Total	5	5	5
	Total	5	5	5
2.1 Período do Relatório		1	1	1
2.2 Data do relatório mais recente		1	1	1
2.3 Ciclo de emissão de relatórios		1	1	1
2.4 Contactos para questões sobre o relatório ou os seus conteúdos		1	1	1
2.5 Auditoria Externa		1	1	1
3. Governança	Sub Total	6	6	6
	Total	12	12	12
3.1 Informação sobre a o Conselho de Administração		1	1	1
3.2 Grau de responsabilização da administração para os tópicos Ambientais, Económicos e Sociais		1	1	1
3.3 Presidente do Conselho de Administração		1	1	1
3.4 Seleção e nomeação do Presidente do Conselho de Administração		0	0	0
3.5 Conflitos de interesse		0	0	0
3.6 Papel do Presidente do Conselho de Administração em estabelecer objetivos, valores e estratégias		0	0	0
3.7 Identificar e gerir os impactos ambientais, económicos e sociais		0	0	0
3.8 Eficácia dos processos de gestão de risco		0	0	0
3.9 Revisão dos tópicos ambientais, económicos e sociais		1	1	1

3.10 Papel do Presidente do Conselho de Administração no relatório de sustentabilidade		1	1	1
3.11 Reporte dos principais problemas		0	0	0
3.12 Natureza e número dos principais problemas		1	1	1
4. Envolvimento com Stakeholders	Sub Total	3	3	3
	Total	4	4	4
4.1 Lista dos grupos de <i>stakeholders</i>		1	1	1
4.2 Identificação e seleção dos <i>stakeholders</i>		0	0	0
4.3 Abordagem aos envolvimento dos <i>stakeholders</i>		1	1	1
4.4 Principais temas e preocupações levantadas		1	1	1
Indicadores Económicos		4	4	4
1. Desempenho Economico	Sub Total	3	3	3
	Total	4	4	4
1.1 Valor económico direto gerado e distribuído		1	1	1
1.2 Implicações financeiras, riscos e oportunidades devido às alterações climáticas		1	1	1
1.3 Planos obrigatórios de benefícios definidos e planos de reforma		0	0	0
1.4 Recebimento de ajuda financeira proveniente governo		1	1	1
2. Presença no Mercado	Sub Total	1	1	1
	Total	3	3	3
2.1 Variação entre o nível do salário mais baixo com o salário mínimo praticado no local		0	0	0
2.2 Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais		1	1	1
2.3 Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência		0	0	0
Indicadores Ambientais		19	19	19
1. Matérias	Sub Total	2	2	2
	Total	2	2	2
1.1 Matérias usadas		1	1	1
1.2 Percentagem das matérias renováveis		1	1	1
2. Energia	Sub Total	4	4	4
	Total	5	5	5
2.1 Energia consumida na Organização		1	1	1
2.2 Energia consumida fora da Organização		1	1	1
2.3 Intensidade Energética		1	1	1
2.4 Redução do consumo de energia		1	1	1
2.5 Redução das necessidades energéticas dos produtos e serviços		0	0	0
3. Água	Sub Total	1	1	1
	Total	2	2	2
3.1 Captação da água por fonte		1	1	1
3.2 Água reciclada e reutilizada		0	0	0
4. Biodiversidade	Sub Total	3	3	3
	Total	4	4	4
4.1 Locais das operações (alugados ou propriedade da empresa) que desempenham atividades dentro ou em zonas adjacentes a áreas protegidas ou áreas com elevado valor de biodiversidade fora de áreas protegidas		1	1	1
4.2 Impactos significativos dos produtos e serviços na biodiversidade		1	1	1
4.3 Habitats protegidos ou restaurados		1	1	1
4.4 Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade		0	0	0
5. Emissões, efluentes e resíduos	Sub Total	9	9	9
	Total	9	9	9
5.1. Total de emissões diretas de gases de efeito estufa		1	1	1
5.2 Total de emissões indiretas de gases de efeito estufa		1	1	1
5.3 Outras emissões de gases de efeito de estufa		1	1	1
5.4 Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.		1	1	1
5.5 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozono		1	1	1
5.6 Óxidos de nitrogénio (NOx), óxidos de enxofre (SOx) e outras emissões significativas		1	1	1
5.7 Descarga da água por quantidade e destino		1	1	1
5.8 Resíduos por tipo e por destino		1	1	1
5.9 Número e volume total de derramamentos significativos		1	1	1
6. Conformidade	Sub Total	0	0	0
	Total	1	1	1
6.1 Incumprimento das leis e regulamentos ambientais		0	0	0
7. Transporte	Sub Total	0	0	0
	Total	1	1	1

7.1 Impactos ambientais significativos do transporte de produtos, outros bens e trabalhadores		0	0	0
8. Geral	Sub Total	0	0	0
	Total	1	1	1
8.1 Total de investimentos e gastos em proteção ambiental		0	0	0
Indicadores Laborais		10	10	10
1. Emprego	Sub Total	2	2	2
	Total	3	3	3
1.1 Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho, género		1	1	1
1.2 Número de trabalhadores contratados e taxa de rotatividade		1	1	1
1.3 Idade médias dos trabalhadores		0	0	0
2. Saúde e Segurança no Trabalho	Sub Total	3	3	3
	Total	3	3	3
2.1 Percentagem de trabalhadores em comissões formais de segurança e saúde		1	1	1
2.2 Número ou percentagem de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho		1	1	1
2.3 Temas de segurança e saúde abrangidos por acordos formais com sindicatos.		1	1	1
3. Educação e Formação	Sub Total	3	3	3
	Total	3	3	3
3.1 Horas médias de formação por trabalhador		1	1	1
3.2 Programas de melhoria das competências dos trabalhadores		1	1	1
3.3 Percentagem de trabalhadores que recebem regularmente análise de desempenho e de desenvolvimento na carreira		1	1	1
4. Diversidade e Igualdade de Oportunidades	Sub Total	2	2	2
	Total	2	2	2
4.1 Diversidade dos órgãos sociais e trabalhadores		1	1	1
4.2 Rácio da remuneração base entre homens e mulheres, por categoria profissional.		1	1	1
Indicadores de Direitos Humanos		4	4	4
1. Práticas de Investimento e de Processos de Compra	Sub Total	2	2	2
	Total	3	3	3
1.1 Percentagem e número total de contratos de investimento que incluem cláusulas referentes a direitos humanos		1	1	1
1.2 Percentagem de fornecedores contratados que foram avaliados em relação a direitos humanos		0	0	0
1.3 Total de horas em formação de políticas e procedimentos referentes a direitos humanos		1	1	1
2. Não-discriminação	Sub Total	1	1	1
	Total	1	1	1
2.1 Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas		1	1	1
3. Práticas de Segurança	Sub Total	1	1	1
	Total	1	1	1
3.1 Percentagem de pessoal de segurança em formação de políticas e procedimentos referentes a direitos humanos		1	1	1
4. Diversidade e Igualdade de Oportunidades	Sub Total	0	0	0
	Total	2	2	2
4.1 Diversidade dos órgãos sociais e trabalhadores		0	0	0
4.2 Rácio da remuneração base entre homens e mulheres, por categoria profissional.		0	0	0
Indicadores Sociais		3	4	4
1. Comunidade	Sub Total	1	1	1
	Total	1	1	1
1.1 Operações com o envolvimento da comunidade local, avaliação dos impactos e programas de desenvolvimento		1	1	1
2. Corrupção	Sub Total	1	2	2
	Total	3	3	3
2.1 Percentagem e número total de unidade de negócio relacionadas com a corrupção		0	0	0
2.2 Percentagem de funcionários com formação nas políticas e procedimentos anticorrupção		0	1	1
2.3 Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção		1	1	1
3. Concorrência desleal	Sub Total	1	1	1
	Total	1	1	1
3.1 Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de monopólio e seus resultados		1	1	1
4. Conformidade	Sub Total	0	0	0
	Total	1	1	1

4.1 Valor monetário de multas e número de sanções não monetárias resultante de não-conformidade com leis e regulamentos		0	0	0
Indicadores de Responsabilidade de Produto		3	3	3
1. Saúde e Segurança do Cliente	Sub Total	0	0	0
	Total	2	2	2
1.1 Avaliação a impactos de saúde e segurança relativos a produtos e serviços		0	0	0
1.2 Incidentes de não conformidade relativamente a impactos de saúde e segurança dos produtos e serviços		0	0	0
2. Rotulagem de Produtos e Serviços	Sub Total	2	2	2
	Total	3	3	3
2.1 Informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem		1	1	1
2.2 Incidentes de não conformidade relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços		1	1	1
2.3 Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.		0	0	0
3. Comunicações de Marketing	Sub Total	0	0	0
	Total	1	1	1
3.1 Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.		0	0	0
4. Conformidade	Sub Total	1	1	1
	Total	2	2	2
4.1 Número de reclamações relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes		0	0	0
4.2 Valor de multas por não conformidade com as leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços		1	1	1
Total da Classificação Completa (pontos)		71	72	72

Apêndice III – Classificação Completa da The Navigator Company

Fonte: Elaboração própria